

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**GOIÂNIA À NOROESTE:
da ocupação ao novo centro urbano**

Anderson Ferreira da Silva
Dissertação de Mestrado
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto de Campos Gouvêa

Brasília, 2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1016519.

S586g Silva, Anderson Ferreira da.
Goiânia à Noroeste : da ocupação ao novo centro urbano
/ Anderson Ferreira da Silva. -- 2014.
135 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Luiz Alberto de Campos Gouvêa.

1. Planejamento urbano. 2. Goiânia (GO). I. Gouvêa,
Luiz Alberto de Campos. II. Título.

CDU 711.4(817.31)

Termo de Aprovação

Anderson Ferreira da Silva
Região Noroeste: Da ocupação ao novo centro urbano

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Linha de Pesquisa: Projeto e Planejamento Urbanístico
Dissertação defendida em 22 de julho de 2014 perante a banca examinadora composta pelos
professores:

Prof. Dr. Luiz Alberto de Campos Gouvêa
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Paulo Castilho Lima
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Márcio Augusto Roma Buzzar (suplente)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

Aos meus pais, pelo crédito aos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao universo e tudo o que conspira em torno dele, muito obrigado pelo ciclo da vida e pela oportunidade de passar por esse momento.

Ao Prof. Luiz Alberto Campos Gouvêa pela forma como conduziu nossas conversas e pelas aulas que me deixaram com mais vontade de compreender os processos de segregação, as habitações e as diferentes maneiras de ocupar cidades.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UNB, pela receptividade.

Agradeço à Universidade Federal de Goiás e ao Instituto de Matemática e Estatística/UFG pela oportunidade que me concederam durante todo o mestrado, inclusive pelo apoio financeiro.

Ao Prof. Ronaldo Alves Garcia que sempre me inspirou durante suas gestões no Programa de Pós-Graduação do IME/UFG, em quem sempre me coloquei à admirar enquanto pesquisador.

Aos meus pais, que mesmo sem compreender muitas situações, sempre deram apoio e veladas palavras de incentivo.

Aos amigos, aos muitos amigos, que compreenderam as parecidas desculpas que as atividades da pós-graduação me obrigaram a usar.

Ao Rennan pela paciência e parceria em dias que eram mais duros.

Aos grandes companheiros do “carro”, Pedro, Derli e Sandra que fizeram dos nossos anos de rodovias um tanto mais divertidos e filosóficos. Afinal, foram muitas madrugadas e vários quilômetros que precisavam de conversas e risos.

Aos fundadores e líderes do Jardim Nova Esperança pelas longas horas de conversas sobre os mais de trinta anos de história.

Agradeço, também, àqueles que estiveram pelo meu caminho e que não conseguirei citar nomes e situações, mas sei que cada cena desses últimos anos foi muito válida para chegar ao fim desta pesquisa.

RESUMO

A cidade é o espaço organizado da sociedade, da vida, da cultura, do comércio e dos valores urbanos. Ela é dotada de elementos como ruas, bairros e regiões e nelas as pessoas se instalam, constroem suas casas e seus modos de vida. Porém, esse lugar pode separar um grupo do outro e restringir determinados cidadãos de seus direitos, estes são os que estão às margens, os segregados. Mas, essa distinção pode gerar práticas que fazem com que os personagens que estão nesse grupo se sintam responsáveis por desenharem e fazerem de seus problemas urbanos e sociais o ponto forte dos movimentos de lutas por seus direitos dentro do seu universo e de seu centro tido como urbano, ainda que ele esteja marginalizado.

Palavras-chave:

Segregação, Centralidade, Noroeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
JUSTIFICATIVA	14
PROBLEMÁTICA	18
HIPOTÉSES	18
OBEJTIVOS: Geral e Específicos	19
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
1. PLANALTO CENTRAL: O HISTÓRICO CENTRO SEGREGADO	22
1.1. A centralidade e a segregação	22
1.2. As primeiras impressões sobre o Brasil Central	28
1.3. A antiga e a nova cidade	36
1.4. Considerações do capítulo	47
2. A NOVA CIDADE E SEUS PROBLEMAS SOCIAIS	50
2.1. O lugar imaginado e o espaço vivido	50
2.2. A segregação sócio espacial	55
2.3. A cidade sobre o entulho	60
2.4. As novas regiões	64
2.5. Composições formais dos bairros clandestinos	85
2.6. Os embates com a Administração Pública e a Justiça	88
2.7. Considerações do capítulo	93
3. 1990 E AS POSSIBILIDADES FUTURAS	96
3.1. Perfil urbano, social, legal e econômico do	

Jardim Nova Esperança e da Região Noroeste	96
3.2. Relação da centralidade periférica e a cidade de Goiânia: realidade da segregação minimizada	109
3.3. Considerações do capítulo	123
4. CONCLUSÕES FINAIS	124
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

A cidade de Goiânia foi fundada em 1933, motivada pela insistência e interesses políticos de Pedro Ludovico Teixeira, que via nesse lugar, entre os Córregos Capim Puba e Botafogo, um excelente espaço para fincar a nova sede administrativa do Estado de Goiás (GONÇALVES, 2003).

Esta nova capital seria privilegiada pela presença de água abundante, pelo relevo que era predominantemente plano e ela já nascia com uma responsabilidade muito grande que era de substituir a antiga capital, a cidade de Goiás. Outro ponto positivo dessa missão era justamente a sua posição geográfica, pois Goiânia contaria com a proximidade do antigo município de Campinas ou Campininha das Flores, como também era conhecido.

Esse antigo município, Campinas, que era próximo às terras onde seriam lançadas as construções da nova capital começou a ser povoado em 1810 por garimpeiros que chegaram do Piauí, Maranhão e Minas Gerais. Em janeiro de 1936, o pequeno município se tornou um bairro da nova capital, Goiânia. Essa cidade/bairro teve alta relevância no processo de construção de Goiânia, pois serviu como base para compra de materiais para as obras, como cidade dormitório de operários, técnicos e políticos que acompanhavam as construções.

A nova capital deu uma nova configuração na relação dos povoados e municípios existentes na região. Algumas dessas pequenas cidades passaram a ser dependentes de Goiânia ao ponto de serem caracterizadas apenas como cidades-

dormitórios, como Trindade, Aparecida de Goiânia, Inhumas e outras, pois os seus habitantes trabalhavam fora e só iam às suas casas para o descanso.

Nesse contexto de cidades que já existiam no entorno de Goiânia, foram estabelecidas relações de interdependências, modelos de cidades satélites. Campinas foi um exemplo claro delas, que tinha uma dinâmica de cidade pólo (GONÇALVES, 2003). A ideia dos mentores da nova capital era que os pequenos municípios e aglomerados dependessem desse novo grande centro administrativo.

De fato, o crescimento de Goiânia foi acontecendo de maneira radiocêntrica, assim como explica PANERAI (2006), onde propõe as vocações de desenvolvimento das cidades e a configuração no espaço que elas vão assumindo, uma espécie de satélites em volta de uma grande região central com maior importância histórica, econômica e social. Esse modelo de crescimento vai criando uma configuração de pólos, promovendo novas formas de relações radiocêntricas. Ou seja, para o caso de Goiânia, eram regiões da cidade que se desenvolviam e cresciam a partir do seu entorno e o bairro ou aglomerado mais antigo era tido como a região central e mais importante daquela zona.

BENEVOLO (2005) apresenta esses crescimentos das cidades de duas maneiras: o regular e o irregular. Para ele, existe o primeiro em que há um planejamento, como no caso de Goiânia que assume o antigo município de Campinas como um bairro, como algo legal e previamente esperado. Já a segunda, fala de uma forma clandestina que a metrópole vai crescendo e expandindo os raios das áreas planejadas e vai dando a forma de pólos, porém de caráter irregular.

“Estes estabelecimentos irregulares foram chamados de “marginais”, porque eram considerados uma franja secundária da cidade pós-liberal: toda cidade do mundo tem um pequeno grupo de habitantes pobres, que vivem nos barracos da extrema periferia ou dormem debaixo das pontes. Mas, no mundo atual, esta definição não é mais válida, porque os estabelecimentos irregulares crescem com muito maior velocidade que os estabelecimentos regulares, e abrigam agora, em muito países, a maioria da população.” (BENEVOLO, 2005, p. 707)

Segundo BENEVOLO (2005) a partir da década de 1960 começam a surgir, com mais intensidade, na África, Ásia e América Latina, esses processos de desenvolvimento irregular das cidades. Tanto no caso de Goiânia como nos demais, o que motivava essa forma de crescimento era a questão social, o êxodo rural e a pobreza que assolava os países subdesenvolvidos.

A partir daí, começam os processos de polarização irregular ou periférica na cidade de Goiânia. Atualmente, uma das maiores regiões periféricas ao centro da capital goianiense é a zona noroeste, uma área fundada em meados da década de 1970, onde até então era uma área rural nomeada como Fazenda Caveiras (MOYSÉS, 2001). Esse latifúndio, nesta época, já não era mais utilizado como espaço de produção rural, mas sim como lixão onde a Prefeitura Municipal de Goiânia depositava os dejetos e entulhos coletados na área urbana e central da capital.

“Da avenida perimetral até a rua da feira só se viam enormes montes de entulhos que eram trazidos do centro da cidade para cá. Somente abaixo da rua da feira começavam uma vegetação dominada por pés de Mamonas, que chegavam até a baixada do Córrego Caveirinha.” (Divino Orlando da Silva, morador da região desde agosto de 1980)

A região noroeste surgiu a partir de lutas de famílias carentes e trabalhadores que não tinham onde morar e viam naquele lugar uma possibilidade de construir o sonho da casa própria, ainda que fosse ilegal e requeresse muita força para conquistá-la. Segundo (MOYSÉS, 2001):

“Tudo começou com a iniciativa de famílias à procura de uma forma alternativa para resolver seus problemas de moradia. Essas famílias, em sua grande maioria, viviam de aluguel e suas rendas eram insuficientes para bancar o conjunto de despesas com alimentação, saúde, transporte e, principalmente, com moradia.”

Após várias reivindicações, persistências e sonhos de uma casa, surgiu o primeiro bairro da região, o Jardim Nova Esperança. Este começou a ser ocupado em julho de 1979 por algumas famílias e o bairro foi se inserindo, de maneira clandestina, no mapa da jovem cidade de Goiânia. Posteriormente começaram a surgir outros bairros como Vila Finsocial, Vila Mutirão (Etapas I, II e III), Jardim Curitiba (várias etapas) e muitos outros. Além de vários bairros que já eram antigos e foram se incorporando em um tecido urbano que ia se integrando, como: Chácaras Recreio São Joaquim, Chácaras Mansão Rosa de Ouro e outras.

MOYSÉS (2001) narrou que a região noroeste, iniciada com o Bairro Jardim Nova Esperança nasceu de um histórico de lutas e herda para si e para o restante dos bairros, regulares e irregulares, que surgiriam mais tarde um legado de segregação sócio territorial. Aquela grande gleba de terra que antigamente eram fazendas as margens do município/bairro de Campinas passou a ser um enorme problema social. Os piores índices de violência, educação, estrutura urbana e outras mazelas da sociedade era o que caracterizava essa região neo habitada da jovem capital.

Essa herança sociocultural e econômica da região noroeste, durante anos, foi algo que a separou do restante da cidade e fez dela uma espécie de cidade-satélite que se relacionava com o bairro de Campinas e com a região central da metrópole apenas para o abastecimento e trabalho. Já, a partir do início da década 1990, não só o Jardim Nova Esperança, mas todos os demais bairros da área estavam bem consolidados. Porém, tinham, ainda, que fazer essa peregrinação para os outros locais centrais em busca de postos de trabalho, saúde, atendimentos públicos e até de serviços de abastecimentos e bancários.

A região noroeste de Goiânia se assemelha muito com a fala de SPOSITO (1997) que enxerga as cidades que vão surgindo no Brasil a partir da década de 1960 de maneira recortada, parecida com mosaicos urbanos. Vários pedaços, aglomerados de pessoas com fortes desequilíbrios, onde as ligações entre trabalho, moradia, comércio e serviços não são existentes. A autora diz, ainda, que a cidade que cresce dessa maneira perde um único centro, deixa de se montar em torno de um único ponto e passa a acontecer de forma a gerar vários outros centros e outras periferias. Novos espaços centrais, novas satélites que vão compor um espaço de interpenetração

urbana, uma rede formada por vários espaços de importância social, cultural e econômica.

É justamente nesse modelo de expansão e crescimento que a partir do final da década de 1990, a região noroeste vai se desprendendo da dependência do centro de Goiânia e do Bairro de Campinas e vai criando sua própria região central que passa a abastecer suas satélites. Neste caso, um dos primeiros bairros, o Jardim Nova Esperança, foi criando uma nova urbanização e recepção de equipamentos públicos que foram tornando em um centro daquela área. A partir desse momento os moradores, trabalhadores e estudantes não precisavam mais sair para lugares mais distantes, mas começaram a encontrar novas possibilidades dentro desse novo Centro Urbano Periférico da cidade de Goiânia.

O Jardim Nova Esperança, já contava com alguns equipamentos públicos e passou a receber vários outros que o configuravam com um pólo de abastecimento e relevância central de uma área. O exemplo disso foi a chegada do asfalto e a rede de esgoto pluvial, a presença, já anterior, do CAIS – Centro de Atendimento Integrado a Saúde, a instalação de Supermercados e Rede Bancária ao longo da via Perimetral Norte, a expansão de inúmeras lojas de Roupas e Calçados ao longo da avenida Central e a fundação de Agência de Correios, Faculdades, Escolas e vários outros elementos que foram impulsionando os serviços e comércios prestados pelo setor para toda a região noroeste.

Dessa maneira, observa-se a vocação que o setor foi adquirindo para ser o centro econômico, educacional e financeiro da região noroeste de Goiânia e como,

atualmente, pode-se compreender a importância dessas atividades para a manutenção de toda aquela área que ainda é identificada como periferia, mas que tem toda uma configuração de centralidade de extrema relevância.

JUSTIFICATIVA

A região noroeste de Goiânia nasceu a partir de um cenário de pobreza, luta e exclusão social (MOYSES, 2001). Ela marca a cidade com uma maneira de ocupação do espaço que difere dos moldes iniciais propostos pelo fundador da capital Pedro Ludovico Teixeira e pelo arquiteto e urbanista Atilio Correa Lima. Não levando em conta as noções de traçados, planos de urbanização e medidas que contemplassem o planejamento territorial e ambiental da região. Surge assim, uma comunidade em que as ruas são abertas pelos próprios moradores/invasores e estes mesmos vão alterando o cenário de campo de invasão e para a configuração com “ares” de cidade.

Para LEFEBVRE (2001), o individuo tem direito a cidade na sua forma macro, o que supera todos os outros direitos, como: individualização, a socialização, o habitat, o habitar e a apropriação. O que lhe confere a participação nos processos de urbanos, tanto de concepção quanto de manutenção da cidade. Porém, esse privilégio foi conseguido forçadamente pelos fundadores da região noroeste, que foram pressionados enquanto invasores e continuaram vivendo marginalizados até alguns anos atrás. Somente, depois que aquela gleba da cidade foi se tornando parte de um direito, de tomadas de decisões, de inserção social e participação, foi que ela conseguiu atingir as características de importância urbana dentro da cidade de Goiânia.

A partir daí, identifica-se a importância de levantar esse tema da existência de um novo centro urbano e observá-lo considerando que pesquisadores já se debruçaram a estudar os problemas de segregação econômica e social da região,

como por exemplo, MOYSES (2001) que falou das diferenças econômicas e sociais que eram latentes no início das apropriações e que historicamente foram se consolidando da mesma maneira. Porém a questão da formação dos bairros como uma possibilidade de neo cidade e novo centro não foi contemplada nesses estudos anteriores.

Da mesma maneira quando Gonçalves (2003) fala do planejamento de Atilio Correa Lima e Pedro Ludovico Teixeira para a definição de regiões e cidades satélites em relação ao centro de Goiânia, fica sem ser mencionada a possibilidade do processo de surgimento de novos pólos urbanos nessas regiões macros e periféricas.

Além de identificar a importância econômica, social e cultural do Jardim Nova Esperança e dos demais bairros é relevante narrar como os atores sociais/moradores/ocupantes foram se apropriando do espaço, enquanto gleba urbana. De uma maneira empírica, esses indivíduos, na grande maioria sem noção de planejamento urbano e desenvolvimento de territórios, tiveram um papel fundamental para a efetivação de equipamentos públicos e sociais que tem reconhecimento e valorização por pelo poder público e por toda sociedade. Pois criaram uma nova cidade que se movimenta e articula quase que independente das zonas centrais da capital.

A viabilidade dessa pesquisa se dá pelo fato de se tratar uma pesquisa de campo, em que serão necessárias várias atividades de entrevistas, reconhecimentos de outros territórios dentro dessa realidade e interpretação do que será observado *in loco*. Além de contar com uma área em que a maior parte dos moradores/invasores,

ainda, encontram-se nos mesmos lugares e estes serão efetivamente atores da pesquisa em questão.

PROBLEMÁTICA

A grande Região Noroeste de Goiânia possui um centro urbano próprio e nele podem ser encontrados elementos sociais, econômicos e culturais para que seja reconhecido assim?

HIPÓTESES

A expansão urbana em todo país e especificamente em Goiânia, a partir da década de 1970, promoveu nas regiões periféricas da cidade um crescimento espontâneo, irregular e baseado na ocupação de novos moradores. No caso goianiense, a região noroeste foi o um marco dessa explosão, originada principalmente pelas promessas de melhorias propostas desde o início de sua criação.

Esse processo de crescimento e fundação de novos espaços urbanos irregulares fez com que o Bairro Jardim Nova Esperança, núcleo inicial da Região Noroeste, se marcasse como um lugar de segregação histórica e mais tarde fosse identificado como o primeiro bairro, fosse identificado como um ponto de centralidade e importância para os bairros adjacentes. Visto que, ao longo dos anos, assumiu um espaço socioespacial que contemplou conflitos, lutas e mais tarde um processo de consolidação, o que agregou importância econômica e social para a periferia. Todos esses fatores fizeram dali um lugar de potencialidades e um lugar de relevância distante do centro oficial da capital do estado.

OBJETIVOS

Geral

Identificar o aparecimento e consolidação do novo centro de importância na região noroeste da cidade de Goiânia.

Específicos

A – Compreender o processo de fundação dos bairros mais antigos e historicamente marginais pertencentes a região noroeste de Goiânia;

B – Identificar as motivações e pressões que conduziram a existência de um novo centro urbano de importância socioeconômica para a área;

C – Avaliar a situação atual, social, cultural e econômica, desse novo centro urbano e sua relevância para o recorte urbano dessa região;

D - Verificar se existem equipamentos legais que dotem o bairro Jardim Nova Esperança para a utilização do centro como forma mais oficial.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para a realização do trabalho será de natureza quantitativa, de caráter descritivo e exploratório. Nela, serão utilizadas bibliografias que tratam do tema do planejamento urbano e desenvolvimento das cidades, os quais servirão como bases teóricas para fundamentar a discussões que serão confrontadas com informações coletada in loco com entrevistas de fundadores da região, moradores, Prefeitura Municipal e pesquisadores que já trabalham com a área em questão.

A fase inicial da pesquisa será através do levantamento bibliográfico, os quais foram utilizados para a contextualização histórica da região central do Brasil. Essas referências se basearam desde o processo de povoação até o desenvolvimento econômico e demográfico, além de servirem para endossar as questões teóricas sobre Goiás e Goiânia. Essa etapa foi necessária para compreender como os antecedentes históricos vão estruturar os acontecimentos futuros.

Posteriormente, foi feita uma pesquisa cartográfica no acervo da mapoteca da Prefeitura Municipal de Goiânia para compor a composição das faixas iniciais urbanizadas na capital e as etapas posteriores a esse processo. Foram utilizados, inicialmente, os primeiros projetos para a construção da área central da cidade e das áreas de expansão ao longo das seis décadas que compreendem o recorte do estudo. Além dessa investigação em documentos oficiais, forma utilizadas bibliografias que apresentam e analisam a expansão do espaço urbano, sejam pelas maneiras formais e/ou as informais.

Após a análise das questões teóricas, históricas e estudos dos mapas de evolução e ocupação da cidade, foram realizadas visitas a Região Noroeste para aplicação de questionários e trabalhar a narrativa dos primeiros moradores dos bairros, especificamente do Jardim Nova Esperança. Desta maneira, foi possível confrontar dados oficiais registrados em bibliografias e documentos municipais com a prática acontecida durante o processo de ocupação e desenvolvimento da área. Além das experiências coletadas por meio das questões, foram utilizadas imagens que os moradores possuíam e ilustravam a situação da época.

Em seguida, as visitas a campo foram utilizadas para compreender como a região conseguiu se configurar enquanto centralidade e lugar de importância social, cultural e econômica. Para isso, foram registrados os padrões construtivos, as múltiplas opções de comércio, educação e cultura existentes, os campos de emprego e a interpretação que os moradores, antigos e novos, têm como percepção do seu lugar de moradia.

O ponto importante do processo metodológico adotado nessa pesquisa foi o fato de ter feito a compilação dos dados históricos e teóricos, os dados cartográficos e as narrativas a partir das visitas técnicas às áreas e aos moradores. Assim, confrontar as diferentes fontes serviram para enriquecer as interpretações sobre o lugar, as questões de segregação e centralidades discutidas a respeito do lugar periférico.

1. PLANALTO CENTRAL: O HISTÓRICO CENTRO SEGREGADO

1.1. A centralidade e a segregação

De acordo com o dicionário Antônio Olinto da Língua Portuguesa (2001) a palavra Centralidade significa: lugar central, situado no centro, de onde provêm as ordens, principal, concentração. O autor apresenta que o termo faz uma alusão a um ponto central, a um lugar em que várias situações e atividades podem ser concentradas.

Segundo Hassenplug (2007), uma das definições básicas para a cidade é o fato de ele ser uma Centralidade Urbana. No mesmo sentido, uma centralidade pode ser observada a partir de um centro tradicional de uma urbanidade assim como pode ser reconhecido em outros lugares, devido às transformações acontecidas no cenário urbano ao longo dos anos. Por isso, é importante compreender as diversas mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas de uma área. Estes são aspectos que vão dar noções para a compreensão de antigos e novos lugares de centralidade.

Essas áreas de centralidades tem seu reconhecimento, também, pela dinâmica que desempenham dentro da cidade. Elas são constituídas de atividades de comércio, serviços, administração pública, fluxos de pessoas e de capitais. O que automaticamente as sugerem uma adoção de equipamentos públicos que atendam a esse perfil que ela agrega dentro do seu espaço.

Da mesma maneira, Castells (2000) defende que a centralidade pode ser vista como a combinação das atividades políticas, administrativas e financeiras. Estas que

vão culminar com a vida social, coletiva e com o funcionamento coeso das questões da cidade.

Então, ao visualizar esse perfil de centralidade, vê-se a concentração de todos os itens anteriores num espaço em que pode ser central originalmente ou não e está servido ou conectando esse lugar aos demais espaços de uma cidade. Ou seja, este é o lugar utilizado como espaço de conexão, de passagem ou de resolução de questões das áreas marginais.

Outros autores como Monnet (2000) e Pumain (2006) defendem que nem sempre essa centralidade é definida pelos lugares originais, esses espaços vão ter vocações distintas, são motivados pela criação dos centros especializados, dos centros de negócios específicos, universitários, hospitalares, desportivos e outros. Assim, fica claro que a questão da centralidade não está condicionada em ser um centro apenas geograficamente falando. Esse centro pode ser visualizado em outro ponto da cidade, ainda que esteja em localização mais periférica.

Ao longo dos anos, esses novos espaços especializados foram criados e outros foram sendo identificados espontaneamente. Frúgoli Junior (2000) aponta que as centralidades para algumas cidades como São Paulo podem ser lugares considerados como detentores de trajetórias, conflitos e negociações. Nestes espaços, vários embates entre cultura, economia e sociedade de uma mesma comunidade podem ser questionados. Ao mesmo tempo em que ela agrega equipamentos e pessoas, ela pode nascer de uma forma excludente, marginalizada e a partir das bordas ou das Franjas (1) de uma cidade como apresentado por Grostein (2001).

Nesse último caso, Grostein (2010) afirma que há um crescimento da cidade de São Paulo, por exemplo, em direção à região da zona leste. Essa região, ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1970 recebeu os migrantes dos mais variados lugares do país e esses cidadãos fizeram surgir casas, ruas e improvisos de cidade. Mais tarde, equipamentos oficiais e comerciais começaram a surgir, dando volumetria às escolas, hospitais e grandes espaços de compras e vendas que tiveram a função de oficializar a vocação e as práticas urbanas e sociais locais.

Lefebvre (1991) afirma que os centros urbanos originais passam frequentemente por processos de deteriorização e mudanças, sofrem alterações de subtração ou adição de usos, prédios e pessoas. Porém, na mesma intensidade e com mutações similares, outros lugares de centralidade surgem no cenário urbano. Esses novos espaços foram por um bom tempo o produto das práticas da industrialização, da mercantilização do espaço, das tendências administrativas públicas e pela força dos movimentos sociais que acabaram criando muitos desses lugares fora dos centros oficiais.

A visualização a partir dos lugares marginais de centralidade, formados pelos movimentos de lutas sociais, comprova que ali torna-se um espaço em que não somente a divisão técnica do trabalho e da economia ficam aparentes. Surge a necessidade de entender esses centros como sítios de morar, trabalhar, resolver questões financeiras, administrativas, de comércio e de saúde. Por isso não somente a função de ser o *Central Business District* (2) fica aparente nas questões da centralidade (CASTELLS, 2000). Há um pano de fundo muito mais amplo e profundo. Nele, o cotidiano dos cidadãos das áreas de centralidades os utiliza com frequência, ele se torna o cenário da transição, da referência e muitas vezes do desejo social.

Porém, outra questão culmina com as noções de centralidade dentro da cidade. Pois o mesmo espaço que cria um valor de centro, pode criar certas separações dentro do espaço urbano, essas distinções serão tratadas como Segregação. E, para compreensão dela é interessante utilizar um conceito a partir do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, que diz ser a expressão o ato de separar nitidamente com o fim de isolar e evitar contato, de expelir, de afastar-se, pôr-se à margem, isolar-se e/ou segregar-se do convívio social.

Para Gouvêa (1995) o ato de segregar esteve presente em algumas ações de governamentais. Como no caso do controle feito através das políticas habitacionais praticadas pelo BNH, no período de 1949/69 em que as vilas eram construídas para enviar a população mais pobre para os lugares distantes dos centros das cidades.

Já, segundo Moraes (2003), o ato de segregar o espaço e as pessoas nas cidades tem um reforço relevante quando se observa pelo lado das ações do Estado para a consolidação das modernidades urbanas e a consolidação dos poder econômico e estruturante e da cidade que o poder público tem interesse que apareça.

-
1. Definição utilizada por Grostein (2007) para as áreas marginais, distantes do centro oficial da cidade de São Paulo. A forma como esses espaços criam uma composição em todo o entorno da cidade, o que cria uma moldura de cidade.
 2. O local onde se reúnem as atividades que visam dar à população a possibilidade de satisfazer as mais variadas exigências urbanas e humanas. Lugares onde geralmente os valores de solo são mais elevados e acabam repelindo as funções de moradia (Beaujeu-Garnier, 2007 *apud* Barreto, 2010).

Esses poderes trabalham com uma combinação entre interesses públicos e privados para apartar um espaço central urbano planejado – o lugar do melhor poder aquisitivo social, cultural e econômico – do restante da população – aquela com subempregos, analfabeta e desassistida por ações governamentais.

Desta maneira, à medida que espaços planejados e consolidados já não comportam todos os tipos de cidadãos eles acabam os expulsando para espaços urbanos menos favorecidos. Essa expulsão é feita de forma baseada nos ganhos, nos padrões de vida, nos costumes locais que confrontam com os da população menos instruída e favorecida, até os dos migrantes e de inúmeros outros aspectos. Assim, a cidade com seu lugar de centralidade original não suporta todos os tipos de usos e pessoas e aqueles que não se enquadram tem de estar segregados para formar outros grupos que passam a viver o seu modo de vida e sua forma de se apropriar da cidade.

O grande problema disso é que esses novos espaços urbanos marginais figuram numa compreensão de novos lugares com centralidades segregadas, aquelas que praticamente vivem isoladas do restante da cidade e que não cria vínculos com os outros espaços a não ser pela transição ou conexão de serviços e trajetos muito específicos (FRUGOLI JÚNIOR, 2000).

Essa configuração de lugares urbanos vão tecendo na cidade uma série de espaços interligados pela sua marginalidade, os lugares distantes vão criando conexões entre eles mesmos e vão reforçando a grande área urbana que não se relacionada com o centro da cidade, a não ser pela dependência do comércio e

serviços. Quando esses saem de seus clãs são vistos como os que são diferentes, os que não agregam e só podem ser inseridos como maneira de utilizar sua mão de obra nos imponentes bairros centrais.

1.2. As primeiras impressões sobre o Brasil Central

Ao promover a reflexão de espaços segregados em níveis variados, desde locais até nacionais, vem à tona, a maneira da ocupação e exploração das terras do interior do Brasil. Principalmente, a partir da verificação das condicionantes geográficas e das dificuldades de acesso e a importância administrativa estabelecida às margens no Atlântico. Outro fator de distanciamento se dava pela ausência de interesses da monarquia e posteriormente da república, que viam nesse grande espaço central apenas um reduto de atrasos e de comportamentos indígenas.

A primeira indicação de exploração em terras goianas aos rumores iniciais para a instalação da moderna capital do Brasil em pleno Planalto Central foram no mínimo

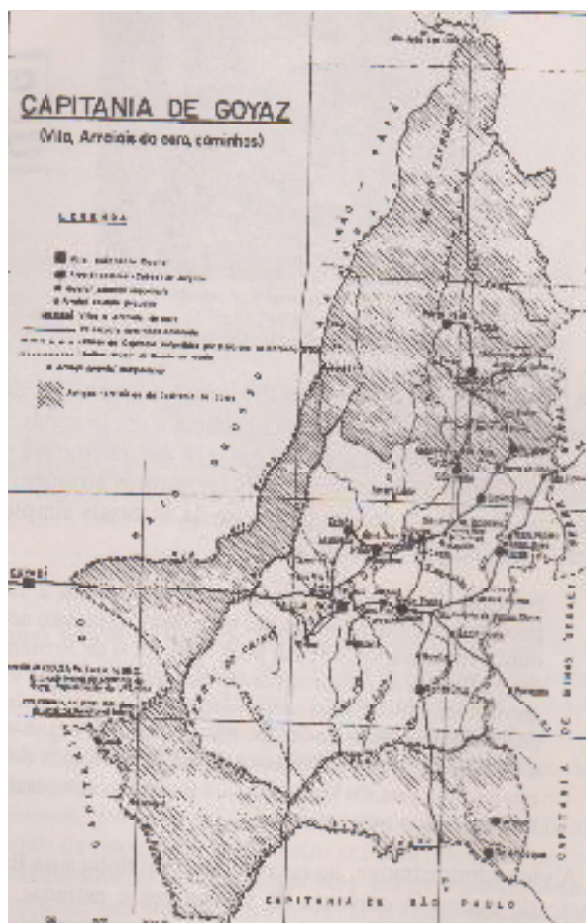


FIGURA 1 – Área da Capitania de Goyaz
In: Chaul, Nars Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: Da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

duzentos e dezesseis anos antes da fundação de Brasília (Chaul, 1997, p.27; Kubitschek, 2000, p. 17).

Para se pensar em datas, é relevante marcar a chegada das primeiras Bandeiras ao grande espaço central de terras do país (fig. 1). Segundo Neiva (1986, p.50, 51, 122 *apud* LIMA FILHO, 2001, p. 23) o marco da chegada desses bandeirantes vindos de São Paulo, depois da descoberta de minas auríferas em Minas Gerais começou por volta de 1590, com os paulistas Domingos Luis Grou e Antônio de Macedo e se estendeu até a Bandeira de Antônio Pedro Alvarenga, em 1618. Essas expedições foram nomeadas como “Ciclo Paraupava”, pois foram feitas usando como referência o Rio Araguaia, conhecido na época como Rio Paraupava (fig. 2). Porém, Chaul (1997, p. 27) acrescenta nesse intervalo de tempo mais um bandeirante, ele aponta que Sebastião Marinho, também vindo de São Paulo, em 1592, penetra em território goiano em

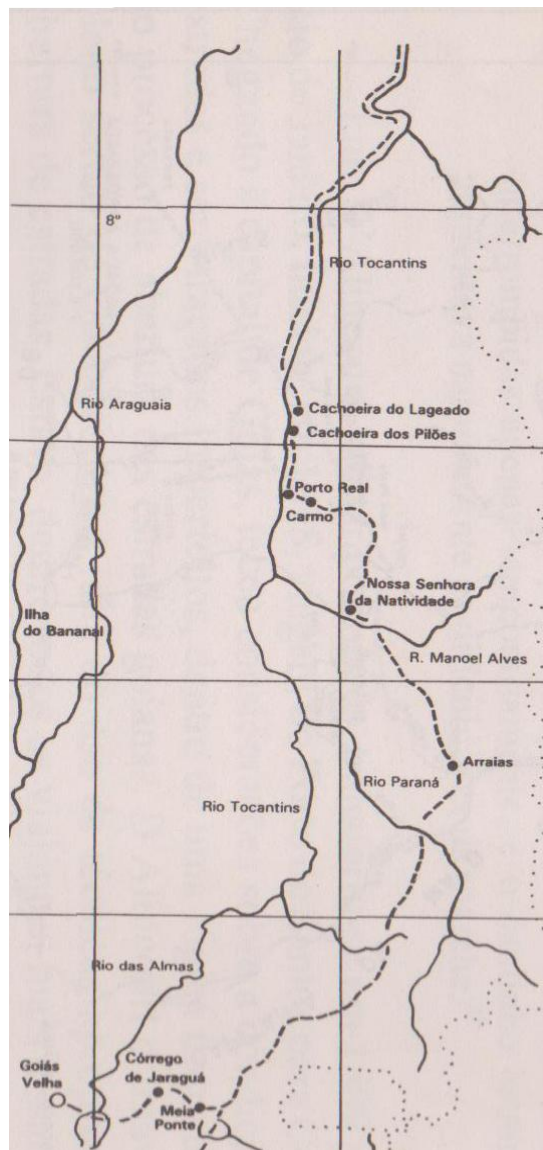


FIGURA 2 – Caminhos fluviais
In: Chaul, Nars Nagib Fayad. Caminhos de Goiás:
Da construção da decadência aos limites
da modernidade.
Goiânia: Ed. UFG, 1997.

busca de minério ao longo do Rio Tocantins e assim como os demais recém-chegados ao longínquo lugar, se instala, onde passa inclusive a manter rebanhos de gado e fazer outras práticas que eram distintas dos habitantes originais, os índios Goiazes (Lima Filho, 2001, p.23). O que mais tarde vão aparecendo os sinais das distinções de cultura e modo de vida entre brancos e indígenas e a partir daí também começam a ser evidentes as imposições e segregações de um grupo explorador e dominante sobre aquele que, originalmente, tinha o direito ao lugar.

Além dessas primeiras Bandeiras, várias outras chegaram ao centro do país, algumas como de André Fernandes (1613-1615), a de Bartolomeu Barreiros de Ataíde, em 1644, e a de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722, formaram um total de sete expedições à Goiás e todas elas utilizando o antigo roteiro do Paraupava, mais tarde nomeado como de Rio Araguaia (Lima Filho, 2001, p. 24). Todas elas desceram esse curso hidrográfico e se concentraram na confluência dele com o Rio Tocantins onde, também, se fundiam às missões catequéticas dos Jesuítas, algumas vindas do norte do País.

Todos esses personagens foram em busca de riquezas naturais e demarcações de terras ao longo do Rio Tocantins e Araguaia (Chaul, 1997, p. 17). O que justificava o porquê de em 1722, quando o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva chegou em terras do Brasil Central já haver alguns indícios da pecuária e da agricultura. Práticas que mesmo em baixa expressão já aconteciam antes do surto da mineração que surgiria mais tarde.

Numa tentativa de desenhar uma linha cronológica clássica, vale a pena fazer um retorno até 1726, quando o filho de Bartolomeu Bueno da Silva, que tinha o mesmo nome e sobrenome do pai, fundou o Arraial de Sant'Anna, às margens do Rio Vermelho, que mais tarde passou a se chamar Vila Boa. Todo esse processo de fincar ali um povoado e de legitimar aquele espaço como lugar de trocas, compras, vendas e sociedade estava atrelado aos aspectos da exploração das minas de ouro, nas bases da Serra Dourada (Manso, 2001, p. 27).

Inicialmente, a região das minas dos Goyazes foi governada por Bartolomeu Bueno. Mais tarde, em 1744, foi instituída a Capitania de Goiás e seu primeiro gestor foi Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos (Chaul, 1997, p. 28). Durante esse período e até a década de 1750 o ciclo do ouro enchia os olhos dos governantes e da Coroa Portuguesa. Nessa fase a extração ia muito bem e os negócios mais ainda. Para mensurar uma básica noção da boa fase, o quinto do ouro (1), em 1753, era de 40 arrobas o que contrastou com a fase de declínio em 1808 que esse desceu para 4 arrobas e a miséria de 0,5 arroba em 1823 (Chaul, 1997, p. 28).

Nesse espaço de tempo entre início, ascensão e decadência da riqueza do Planalto Central, mais especificamente da pequena Vila Boa, aconteciam no Rio de Janeiro, alguns episódios que mudariam muitos rumos do Brasil.

Em, 1808, a Família Real Portuguesa desembarcava em solo brasileiro e sua meta era se manter em terras antes não muito bem vistas. Nesse momento, a capital federal teve que passar por “adaptações”, principalmente artísticas encabeçadas pela

chamada Missão Francesa e o que se esperava era que alguns hábitos e cenários europeus fossem trazidos para os ares tropicais.

Já nos cinco próximos anos, em 1813, muitas coisas estavam sendo mudadas em território brasileiro, as especulações sobre a nova capital já se faziam, ainda que embrionárias. No mesmo ano, o jornalista Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, escreveu no jornal que era editado em Londres, a sua opinião favorável à transferência da administração brasileira para a parte central do país, defendia a ideia de que fosse feita uma nova cidade junto às cabeceiras do rio São Francisco.

O interessante é que na fase em que a antiga Vila Boa via seus anos áureos se dissipando cada vez mais e se enxergando ainda mais distante das discussões administrativas nacionais, o Brasil ia reforçando outras discussões sobre a possível criação de esta nova cidade para sediar administração federal, em território goiano. Em 1821, bem próximo ao marco da independência brasileira, José Bonifácio dando diretrizes sobre sua gestão no Governo Provisório de São Paulo, dizia à Corte de Lisboa que: “Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sitio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável” (Kubistchek, 2000, p. 17).

Em 1823, mesmo com a Independência do Brasil um ano antes, as sugestões de construção de uma nova capital eram apenas jogadas em discussões sem muitos créditos. Nesse ano, Bonifácio reafirma para a Assembleia Geral Constituinte e

Legislativa do Império do Brasil, que a nova sede administrativa brasileira deveria existir e que seu nome poderia seguir a sugestão de Brasília.

Esses fatos promovem vários paradoxos com a região que anos depois recebeu essa Brasília. Nessa fase, Goiás sofreu seu pior ano na extração do ouro e entrou em total decadência, tanto por seus antigos exploradores, quanto pelo governo da antiga colônia. As pessoas ali eram na imensa maioria, mineradores migrantes pobres vindos de outras regiões do país e de escravos traficados da África, o que conferia ao lugar um estado catastrófico social, cultural e econômico. Já em terras cariocas, sede da administração federal, distantes mais de mil quilômetros e se contar em tempo de viagem, mais de oitenta e cinco dias entre trem e lombo de animais, as belas ideias para um novo espaço urbano eram motivos de fazer os olhos de alguns poucos brilharem.

Neste período de decadência da antiga Vila Boa e das ideias comedidas da futura Brasília, o governante da província de Goiás, Marechal Miguel Lino de Moraes, que teve sua administração entre 1827 a 1831, insistia na ideia de mudança da capital goiana para outra região. Essa insistência reforçava as propostas do antigo governo de Conde dos Arcos, que pediu, em seu período de governo, 1749 a 1755, para que a Coroa Portuguesa se sensibilizasse e permitisse que a capital da província fosse transferida para a região da antiga Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis), mesmo com tanto afincos, tudo não passou de tentativas sem muito sucesso (Chaul, 1997, p. 29).

Na fala de Marechal Miguel Lino de Moraes eram reforçados os mesmos motivos de Conde dos Arcos, a dificuldade de acesso, o clima extremamente complicado e as problemáticas de estabelecimento de comunicação faziam da antiga Vila Boa uma cidadela ilhada, o que aumentava, ainda mais, o isolamento, a segregação e a decadência de Goiás pós seu apogeu aurífero. O governante insistia para que a nova sede administrativa da província fosse instalada na região das Águas Quentes, atual cidade de Niquelândia. Argumentava que nesse local teriam mais relações com viajantes, com comércio e com as possibilidades de desenvolvimento de uma capital (Manso, 2001, p. 29).

Nessas defesas de alteração de local, ficavam algumas indicações claras de que o povo do centro oeste do país e, principalmente, os que viviam aos pés da Serra Dourada se sentiam em total período e espaço físico de segregação. Eles se viam apartados dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos, principalmente, pois já não produziam as riquezas que eram devolvidas à Coroa e automaticamente eram tratados como um grupo isolado, que existia, mas não fazia diferença aos gestores que estavam envolvidos com as discussões em bordas litorâneas.

O que se observa é que o interior do país passou por décadas de decadência e segregação em relação a parte administrativa do Brasil. No mínimo pode-se datar de 1808 até o início do século XX, o que fica marcante a separação dessa grande porção de terra e de pessoas por todo o período final da colônia, passou pelos anos de império e só bem mais tarde, após duas primeiras décadas de república é que Goiás se tornaria visível nacionalmente.

O que comprova isso é que durante a gestão do primeiro presidente do estado, Gustavo da Paixão (1890 – 1891), já no Brasil República, ele mesmo enviou um relatório à Assembleia Brasileira falando sobre os problemas da antiga Vila Boa. Relatava desde os problemas financeiros, as dificuldades de acessos, as questões de insalubridade, em que muitas casas desconheciam iluminação artificial e até mesmo a natural, pois eram quase todas geminadas, sem prezar por espaços de circulação de luz e vento natural. As condições de esgoto nem se falavam, eram tão ruins quanto os outros itens de básicos para sobrevivência. Porém, todas as palavras foram usadas sem muito êxito. A primeira Constituição Política da República (1891) tratou do assunto sem muito merecimento, afirmava que a mudança da capital era desnecessária, reforçando a mesma opinião na reforma de 1898 assim como em 1918. Ela dizia que continuaria Vila Boa como capital de Goiás até que o Congresso Brasileiro deliberasse outra posição (Sabino Junior, 1980).

O curioso é que paralelamente a esse novo momento Republicano no Brasil e essas insistências dos gestores de Goiás para promoverem a mudança de sua capital, as questões que discutiam a construção de Brasília seguiam lentamente, mas não se apaziguavam. Até os apelos religiosos entraram nas falas sobre a nova cidade que sediaria a administração federal. Em 1883, as visões, através de sonhos do católico Dom Bosco geraram o discurso de que uma mensagem sobrenatural e divina apresentou-se à ele, narrava onde deveria ser construída a nova *urb* brasileira. Estas manifestações celestiais lhe davam indicações para que entre os paralelos 15º e 20º fosse estabelecido o lugar em que a sua terceira geração seria instalada. Segundo o religioso, lá seria onde todo o coração e cérebro administrativo brasileiro deveriam estar sediados (Kubitshek, 2000, p.18).

1.3. A antiga e a nova cidade

Em Goiás, da ausência de desenvolvimento, da sua decadência de forma geral, desde a parte mais ao centro do planalto até suas divisas com o mato grosso, faceado pelo Rio Araguaia, nessa época, tudo estava muito apartado do restante do Brasil. Segundo Chaul (1997, p. 73) existia um sentimento de vitimização e isolamento por parte do povo goiano, mesmo na fase mais efervescente do ouro, o estado era um lugar muito distante do mar e conseqüentemente mais longe, ainda, da Corte Portuguesa.

Ainda de acordo com o autor não foram somente as extrações de ouro que se foram totalmente nas primeiras décadas do século XIX, desapareceram junto com isso parte das poucas e precárias estradas e qualquer possibilidade se locomover com mais facilidade àquelas longínquas terras. Nessa fase em que a pecuária era uma das atividades mais expressivas da região, um dos únicos movimentos que se via caminhando por ali eram os rebanhos de gado.

Com esse cenário de segregação administrativa e social em ambitos nacionais, quem era gestor, era também o rei. Os administradores que regiam as Capitânicas, províncias e mais tarde os Estados eram as pessoas que diziam o que podia e o que não podia ser feito, como seria o comércio e as relações de poder e sociais. O isolamento regional, a situação de estar num centro cercado de mato e serras davam condições aos grupos oligárquicos e famosas famílias tradicionais de disputarem entre si as rédeas administrativas daquele lugar (Chaul, 1997, p. 73).

Nesse caso, esses poderosos grupos lidavam com pessoas, na sua grande maioria, sem instrução, sem perspectiva, migrantes de todos os cantos, escravos prestes e/ou recém abolidos que perambulavam por uma fazenda e outra ou pela cidade sem saber e ter o que fazer. Isso era um cenário difícil de conceber, em plena segunda metade do século XIX caminhando para seu final, uma pequena vila que só vivia da pecuária e tinha mais pessoas sem rumos que vontade de entender o que era gestão administrativa, direitos, urbanidade e qualquer outro item de igualdade e direitos sociais e urbanos. O que fazia de Vila Boa um cenário excelente para grupos dominantes terem votos encabrestados e fazerem da política suas práticas domiciliares.

Existem defesas de que a questão que afastou, ainda mais, os olhos da administração da Corte Portuguesa e posteriormente a Brasileira da região de Goiás eram aspectos ligados a cultura que valorizavam, eminentemente, os aspectos europeus.

Além disso, Chaul (1997, p. 74) aponta que várias outras práticas quase não documentadas demonstram que o universo goiano era algo que acontecia à parte do país. Havia os inúmeros casos de contrabandos de ouro, depois de mercadorias, o usos exagerados da cachaça, a sonegação de impostos a Coroa Portuguesa, depois ao estado brasileiro, o descaso com as leis, os caminhos por estradas que não podiam ser acessadas foram situações que fizeram a promoção de um lugar que vivia de acordo com o que acreditava e achava que poderia se fincar enquanto organização social. Era uma espécie de mundo dentro de outro mundo. Tudo o que acreditavam e

praticavam estava muito mais ligado as culturas dos migrantes, dos negros africanos e as suas religiões que aos parâmetros brasileiros herdados dos europeus.

Além da diferença de ritmo de vida, de valores, de informações tinha a cabeça do goiano nativo e dos naturalizados que acreditavam não ser necessário mais coisas que o que fosse suficiente para o cumprimento de suas necessidades básicas. O que acabava se tornando um prato cheio para os gestores oligárquicos que faziam da região o que bem entendiam, sempre para atender aos seus interesses muito próprios. Era a hora que a segregação social e regional lhes valia como um instrumento de poder e continuação do auto e único enriquecimento.

Nesse atendimento pessoal das necessidades dos gestores e com o intuito de demonstrar para a administração federal que estava tudo bem, que não precisava intervir na gestão das províncias e mais tarde estados, alguns administradores de regiões, geralmente de famílias influentes, descreviam suas cidades como se fossem lugares padrões para a boa convivência e desenvolvimento. Aqueles que não tinham muito interesse em opiniões externas, manipulavam informações, inventavam cenários para que continuassem reinando sobre o povo que não tinha muito poder de argumentação.

Um exemplo bem claro disso é o relatório enviado ao vice-presidente da Província de Goiás, Theodoro Rodrigues de Moraes, pela Câmara de Santa Luzia, atual Luziânia, em 1883. Ele dizia que todas as questões relacionadas a segurança pública, a tranquilidade e a paz corriam perfeitamente bem, que apesar de o estado sanitário do município estar a desejar, colocando as pessoas expostas à alguns

atrás. Ele afirmava: *“O aspecto das regiões até hoje percorridas é de um país ligeiramente ondulado. A Leste, estende-se o belo e grandioso vale que vai se prolongando até aos pequenos montes do rio Paranoá, ramificando-se, em outros pontos, em todas as direções.”*

Essa expedição encabeçada pelo engenheiro Cruls teve suas aspirações legais com o marco da proclamação da República, em 1889. Segundo Moraes (2003), após esse evento, o debate de mudança da capital ganhou ênfase e emenda constitucional que foi apresentada na sessão do dia 22 de dezembro de 1890, pelo deputado Lauro Muller. O artigo 3º da Constituição de 1891, criado por essa emenda, dizia: “Fica criada à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal” (fig. 3)

Moraes (2003) narra que em 12 de maio de 1892, o presidente Marechal Floriano Peixoto, criou a primeira comissão para explorar o Planalto Central do país, com o objetivo principal de implantar a nova capital do Brasil. No dia 09 de julho do mesmo ano, a expedição saiu rumo ao centro-oeste, a chamada Missão Cruls, e dois anos depois retornou com a apresentação dos relatórios sobre a região.

O trajeto da capital federal da época até o centro do país passaria por uma série de dificuldades, a começar pelos meios de locomoção, nada ágeis, nem confortáveis. Deixaram o Rio de Janeiro, seguiram para Uberaba, onde era o fim da Estrada de Ferro Mongeana. A partir dali, o lombo do cavalo passou a ser a alternativa de embrenhamento no Cerrado. A Comissão se dividiu em dois grupos: um sentido a

Pirenópolis e outro em direção a Formosa (fig. 4). Eram as constatações que o projeto de mudança da capital seria algum dia efetivado. Enquanto legalmente falando ela já era um fato figurando na Constituição Brasileira, desde a emenda provisória em 1890, depois a de 1891, seguida pelas de 1934, 1937 e a de 1946 que foi decisiva para a determinação da mudança da capital da União para o Planalto Central (MORAES, 2003).



FIGURA 4 – Integrantes da Missão Cruls
In: www.missaocruls.uerj.br

Nesse momento de expedições e tentativa de reconhecimento de territórios por parte de Cruls e seus expedicionários havia não só o cenário do relatório de Glaziou, apresentado como o terreno de solo ondoludado e alto do Paranoá. Figurava ali uma realidade, um pouco distante, que circundava aquele cenário. Existiam as pequenas cidades, Goiás, Pirenópolis, Luziânia, Leopoldo de Bulhões e outras que faziam base para a vida nas grandes fazendas. Embora, esses espaços urbanos eram mais segregados que as áreas rurais porque a vida era muito mais no campo que no espaço tido como organizado e urbanizado.

Essa relação entre ruralidade e urbanidade acanhada serviam como argumentos para a segregação do restante do país e a dificuldade de modernização. Fatores que atrapalhavam e tentavam se justificar apenas pelas desculpas relacionadas aos aspectos naturais, principalmente clima e relevo. (CHAUL, 1997). Ao mesmo tempo em que os longos trechos de terra favoreciam a criação de gado, cada vez mais intensa, eles também atrapalhavam no que dizia a respeito do custo dos fretes, dos acessos de compradores e transportadores, inclusive da movimentação do gado feita pelas típicas boiadas.

Esse cenário de ausências de estradas e caminhos oficialmente abertos e na inexistência de estradas de ferro foi o lugar que Cruls encontrou para seguir a expedição quando chegaram ao fim da Estrada de Ferro Mongeana, em Uberada/MG (fig. 5).



FIGURA 5 – Acampamento no Morro dos Macacos
In: www.missaocruls.uerj.br

Ao chegar no local demarcado e legitimado pelo artigo 3º da Constituição de 1891, a expedição encontrou uma complexa tarefa a ser cumprida: demarcar os referidos 14.400 quilômetros quadrados de terra, levantamentos hidrográficos, o levantamento topográfico, a medição entre telégrafos elétricos de Goiás, Uberaba, São

Paulo e Capital Federal (Rio de Janeiro), verificação da fauna, flora, geologia e a análise das cidades de Catalão, Pirenópolis, Santa Luzia, Formosa e Goiás, as mais expressivas da época (Kubitschek, 2000, p. 21).

De acordo com o mesmo autor, já em 1893 e 1894, Luís Cruls apresentou relatórios ao governo do país. Dizia que muitas descobertas haviam para ser feitas no Planalto Central, desde a exuberância da vegetação típica do cerrado, a abundância de água, a fertilidade do solo e a salubridade da região. Acrescentou que muitos europeus encontrariam ali determinadas analogias com algumas regiões mais salubres da zona temperada européia.

O relatório trazia uma série de boas falas a respeito da região central, mas identificava o que era óbvio, seria uma nova cidade para as pessoas da antiga capital federal e os europeus que imigraram para o Brasil, embora já não mais estivesse no período colonial. Por mais que tivessem sido observadas as ausências de tudo e a separação das cidades goianas do restante do país, não se pensava numa Brasília feita para goianos e sim para alguns brasileiros específicos, que viviam no “organizado território litorâneo do sudeste do país”. Era uma segregação construída a partir de um discurso de modernidade, o que seria materializado já em meados do século seguinte.

A proposta da construção de Brasília, mesmo com todas as falas expedicionárias e os discursos de alguns políticos da capital federal, caiu em desuso e ficou apagado no mínimo até 1919, quando o Senador Chermont voltou a falar nesse assunto, quando apresentou o projeto de lei à Câmara Alta, no momento em que pedia o lançamento da pedra fundamental do Palácio do Congresso, na nova cidade.

Enquanto isso, o estado e a cidade de mesmo nome, Goiás, continuavam na tentativa de ter um avanço agropecuário e eram engolidos pela segregação espacial e social do restante do país. A possibilidade de desenvolvimento que vinha junto com a construção de Brasília ficou apagada e o marasmo continuou por alguns anos.

As três primeiras décadas do século XX foram, ainda, momentos de isolamento para as cidades do território central. Porém com as intenções das mudanças de local da capital de Goiás, a criação da nova cidade baseada numa política de interiorização e desenvolvimento do centro do país, muitas ideias e vontades efervescentes surgiram.

A proposta, nesse momento, era sair dos cenários de decadência, da ideia de atraso que era marcada pelos longos anos de coronelismo das famílias que dominavam a região (Chaul, 1997, p. 108). Da mesma maneira, existia o reaparecimento para erguer e mudar a nova capital federal brasileira. Brasília começava a ser repensada, já na gestão de mudanças propostas nos anos 30 e por Getulio Vargas.

Os programas oficiais do governo e o grande movimento intitulado de *A Marcha para o Oeste (1938)* desencadearam um possibilidade de desenvolvimento para Goiás e todo o Planalto Central. O que, paralelamente, culminou na criação e construção da cidade de Goiânia (1933-1937) (Moraes, 2003, p. 77).

Existiam os que diziam que a lonjura do centro do Brasil, impulsionava o impedimento do progresso. Que chegar a terras tão distantes era muito dificultoso e

caro, que o acesso pelo lombo do cavalo ou de trilho somente até o Triângulo Mineiro eram fatores que justificavam a negação dessa grande parcela de terra até pelo próprio Governo Federal, já nas primeiras décadas da República. Embora os primeiros decretos para a construção de estradas de ferros como meio de transporte e conexão do país já se datavam de 1880, como o decreto nº862, de 16 de outubro daquele ano, ainda na época do Império, determinava a concessão à Companhia E. F. Alto Tocantins o direito de construção de uma estrada de ferro desde a Vila de Catalão até a de Vila de Palma, no norte do estado. Infelizmente, projeto e leis que permaneceram engavetadas e no esquecimento político.

Em 1906, foi criada a Companhia Estrada de Ferro de Goiás, ela teria a função de construir a ligação entre a antiga cidade de Goiás e o Triângulo Mineiro. Porém, por conta das discussões políticas entre Bulhões, Fleury e Caiados, oligarquias que comandavam o estado, somente em 23 de dezembro de 1909 foi que a linha começou a ser implantada. Ela ligava o final da antiga linha de férrea Mogiana que chegava até Araguari e iria ultrapassar o rio Paranaíba, sentido Goiás adentro. Os recursos para essa construção eram altos, inclusive pela dificuldade de lidar com a topografia do primeiro trecho. Esses recursos vieram como empréstimos dos bancos franceses e seriam geridos através de fundos do Banco do Brasil (CHAUL, 1997).

A proposta dessas estradas de ferro era além de promover o escoamento da produção agropecuária do centro do Brasil, assim como criar mecanismo de circulação de pessoas até regiões litorâneas e mais expressivas, como o próprio Rio de Janeiro, antiga capital federal. O que fez com que já em 1922, a tal Maria Fumaça fazia o

interior goiano ser despertado pela sua chegada ao som produzindo por ela mesma, ao longo do cenário do cerrado.

Nesta fase, os lucros para o estado, a ligação e o aparecimento de Goiás para o Brasil era algo que enchia os olhos de muitos. A vida segregada estava começando a se dissipar da vida de quem vivia nesse grande sertão. Havia, com os trilhos, uma possível integração com o país. O que seria mais tarde reforçado com as retomadas da discussão e construção de Brasília, que foi a materialização da tão falada modernização do interior do Brasil. Pensamento que seria embasado pela chegada do desenvolvimento agrário, social e urbano, apoiado pelas ideias inovadoras de cidades e modo de morar. Para o qual a arquitetura modernista iria ser um instrumento pensado antes no Estado Novo de Vargas e mais tarde operacionalizada por mãos de Juscelino Kubitschek (LIMA FILHO, 2001).

1.4. Considerações do capítulo

O que percebe-se ao longo da história da segregação construída com a colonização do grande espaço do Planalto Central e posteriormente com o surgimento das cidades coloniais é que esses espaços urbanos surgiram de um processo extenso de desenhar cidades a partir de pensamentos oligárquicos, fundamentos baseados no favorecimento próprio de quem detinha poder e automaticamente gerava o discurso. Além disso, o afastamento da capital federal e das outras grandes cidades situadas no sudeste brasileiro reforçava os aspectos de empobrecimento social, cultura e econômico da massa mais pobre da população.

Esse discurso construído e a falta de padrão da urbanidade nesses espaços também fizeram das cidades do Brasil Central um lugar estigmatizado em pequenos vilarejos atrasados, sem condições de acessos, sem expectativa de geração de comércio, sem a contagem no número de brasileiros que podiam opinar e trabalhar para o desenvolvimento do país. Esses lugares não eram contados pelos gestores federais e ficaram, somente, como depósitos do que não servia à parte organizada das cidades brasileiras. Elas estavam supridas de escravos, de gente sem rumo e por outros espertos que queriam tirar proveito de riquezas naturais e mão de obra barata.

Outra questão que aparece é que esses preconceitos feitos pela percepção e pela imposição é que urbanizar esses lugares eram situações muito complicadas e caras. Eles não só gerariam muitos esforços, necessitariam de grandes investimentos e os retornos seriam incompatíveis com todo o trabalho. Por isso por muito tempo passaram por administrações que eram colocadas para apenas representarem o

governo federal e em determinado momento a impositiva Coroa Portuguesa e quando alguns gestores se movimentavam para exigir investimentos e melhorias, eram taxados e calados por seus superiores. O que reforçava o controle social, através do espaço, da ignorância e da separação entre o que era litorâneo, culto, com família daquilo que era animalesco e sem condições de socialização.

Embora todos esses fatores fossem vividos e reforçados cotidianamente, durante longos anos, há um determinado grupo de pessoas e um momento em que as propostas de modernidades para o grande cerrado vêm de inúmeras tentativas e formas. Os discursos de demarcação do território da capital federal, o início das construções das ferrovias e mais tarde rodovias deram uma ajuda significativa a esse desenvolvimento da região, às construções de cidades e as mudanças de percepção da sociedade que vivia nesse grande planalto.

Com a era Vargas chegaram os discursos da interiorização do país, as novas formas de construir cidades, o modo de fazer cidades que resistissem aos períodos de guerra e seus modos vigiados, a interiorização da política brasileira de forma a deixá-la em todo o território brasileiro e as bases que se apropriavam de teorias inovadoras modernistas, as cidades do interior do Brasil começaram a surgir bem distintas do que já havia nesse lugar. Esses novos espaços urbanos geraram conflitos por conta de mudanças de capitais estaduais e federais, Goiânia e Brasília, havia aqueles que achavam benéficas as alterações e outros discordavam totalmente, baseados em discursos políticos, de mobilidade e até mesmo preconceituosos em relação ao lugar.

O que mais tarde, também, por questões políticas vão ser vencidos pelas propostas as propostas de criação das modernas cidades. O que mais tarde, foi encabeçado e materializado por Kubitschek, que assume a fala do gestor anterior e coloca em prática as propostas de anos discutidas. O que se reverbera no aparecimento de novos espaços urbanos e mais tarde na explosão urbana e demográfica desses próprios lugares, que nascerão e cresceram com outros problemas a serem repensados, pois nesse momento não seriam mais somente a segregação do restante do Brasil, mas a discussão de inchaços de cidades causados pelos espaços urbanos que passaram a ser fortemente adensados.

2. A NOVA CIDADE E SEUS PROBLEMAS SOCIAIS

2.1. O lugar imaginado e o espaço vivido

Intituladas e divulgadas como cidades da nova vida, do novo jeito de fazer urbanidade, do progresso que chegava ao interior do Brasil, Goiânia e, sem poder deixar de fazer breves comparações, Brasília são resultados de interesses e embates políticos e ideológicos desde o período pombalino (século XVIII).

Trevisan (2009) afirma que as duas cidades foram criadas para abrigarem novas sedes governamentais, uma estadual e a outra federal. Seria a administração por mãos e olhos de Pedro Ludovico Teixeira (1891 – 1979) e de Juscelino Kubitschek (1902 – 1976). Ambos viam nesses novos lugares uma possibilidade de marcar suas gestões e as maneiras administrativas com um discurso da evolução, da ruptura, do novo e do progresso.

No caso de Goiânia, Chaul (1997, p.198) afirma que a cidade também era oriunda das gestações e dos pensamentos já nos séculos XVIII e XIX. Para ele, ela seria a chamada *Filha dos Anos 30*, nascida das constantes afirmações de Pedro Ludovico para as propostas da cidade progressista e cheia de predicados da estratégia política defendida por algumas oligarquias e atacadas por outras.

Para endossar todas as vontades políticas para a construção das duas novas capitais, elas se apoiaram em outros acontecimentos relevantes vindos sentido centro-oeste do país. Observava-se uma ocupação paulista que já ultrapassava as fronteiras

do triângulo mineiro, até onde no início do século XX que chegavam pela Ferrovia Mongeana. Além dessas missões e construções de capitais, aconteceram paralela a Goiânia e pré Brasília a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. Vale ressaltar, também, a existência de projetos para a construção da Transamazônica, na década de 1960, para ligar o centro ao norte do país.

As novas cidades tinham um discurso de uma nova vida, mas todas as formas administrativas eram feitas a partir das mãos e das diretrizes do estado. Para Moraes (2003) todas as vontades e expectativas a respeito das cidades foram pensadas como uma forma de ter determinado controle sobre o espaço urbano e seus moradores. Nesses projetos de novas urbanidades, eram contemplados os espaços para as sedes administrativas, residências oficiais, espaços cívicos, mas não se pensavam em áreas destinadas aos trabalhadores e ao restante da grande massa que tornaria um espaço no Brasil Central em efetivas capitais.

Pode-se observar, ao longo da história, que esses desejos de novas cidades para o centro oeste podem ser vistos possibilidades vislumbradas por detentores da vontade e do desejo do poder político. Esses se calçavam no discurso de fazerem do lugar central brasileiro um ideal de espaço urbano e de nacionalismo. Porém, essas cidades e construções eram carregadas de simbolismo e de aspectos concretos e bem claros da segregação social feita a partir da separação espacial. O que reforça a imensa preocupação no traçado, nos palácios, nos espaços públicos e em residências oficiais e de serviços, o restante era impensado. O que pudesse ser improvisado seria o espaço da parte da cidade que não foi contemplada nos projetos originais.

Em todo esse contexto de interesses políticos da época do império até os mais republicanos, as construções de Goiânia (década de 30) e Brasília (década de 50) foram marcadas pelas chegadas daqueles cidadãos que não haviam sido contemplados nos projetos de Attilio Correa Lima e Lúcio Costa. Eram os construtores, os braçais, os que movimentariam terras e materiais para que as ideias criassem formas e se tornassem caminháveis e habitáveis.

Esses homens e várias famílias chegaram de todos os cantos, mas a sua grande maioria tinham sotaques nordestinos, mineiros e goianos. Eram transportados pelas estradas de terra amontoados em caminhões que andavam dias e dias rumo ao Planalto Central (GOUVÊA, 1995).

Se a maneira como os trabalhadores chegaram a Brasília foi abrupta e desconfortável, a forma como viviam, como habitavam era um pouco pior. Os homens solteiros tinham que dividir os mesmos quartos com outros colegas de trabalho, nos chamados alojamentos. Já, os casados, moravam com suas famílias em barracos precários que se misturavam ao cenário nada agradável. Muitas vezes, piorados com os problemas ambientais gerados pelos processos de ocupação e construção.

Coincidência ou ausência de planejamento, o modo de moradias na capital goiana aconteceu semelhantemente (fig. 6). Os vários trabalhadores braçais migrantes, na sua grande maioria, vindos das regiões norte, nordeste e sudeste tinham características iguais as dos candangos na época de Brasília. Saíram de suas origens e caminharam de maneiras não muito confortáveis até os arredores do antigo município da Campinha das Flores (3) e às margens de alguns cursos d'água que

banhavam Goiânia (fig. 7), como no caso dos posseiros que ocuparam as terras às margens do Córrego Botafogo, Capim Puba, Cascavel e outros, também em Goiânia.

Segundo Moraes (2003) alguns trabalhadores que chegaram para as obras de Goiânia ocuparam essas faixas de terra devido à ausência de cuidados sociais dos administradores em relação a esses novos cidadãos. Desenvolviam seus modos de vida buscando características originais e durante todo o processo da construção da capital foram fazendo em finais de semana e contraturnos, as suas próprias casas. Esses

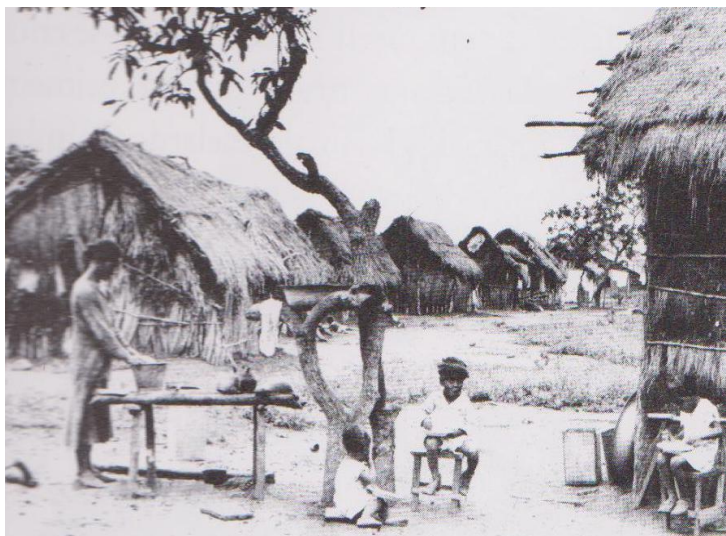


FIGURA 6 – Alojamento para Operários, em Goiânia, 1935.
Fonte: Sabino Junior (1980) apud Manso (2001)

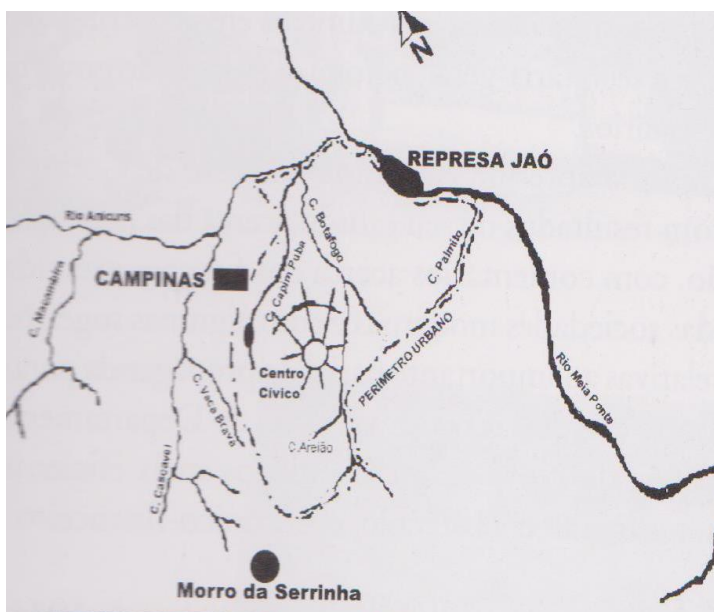


FIGURA 7 – Localização Goiânia, Campinas e Cursos d'água
In: Cordeiro e Queiroz (1990) apud Manso (2001)

moradores criavam um ritual de ajuda comunitária, o que mais tarde seria institucionalizado por gestores políticos como o *Mutirão da Casa Própria*. O grande descompasso é que essas casas eram feitas sobre áreas que passavam por processos de desmatamento e degradação pelo fato de serem feitas a revelia, sem licenciamentos ambientais, municipais e edilícios. Enfim, eram feitas da maneira como cada um acreditava lhe ser interessante.

-
3. Em 1810, iniciou com a chegada de grupos de pessoas migrantes de vários estados, como Minas Gerais, Maranhão e Piauí e muitos outros. Eles buscavam a melhoria de vida através do discurso que rodava o Brasil dizendo que havia muito ouro ao longo do Ribeirão Anicuns. Esses neo habitantes instalaram-se na parte leste desse curso d'água, hoje Vila Santa Helena. Mais tarde, passaram a ocupar a região, onde de fato, se fundou o bairro da Campininha das Flores. Esse pequeno povoado teve seu espaço consolidado com a chegada dos Padres Redentoristas, que saíram da Alemanha e fundaram em Campinas um novo Seminário e a Igreja, a Matriz de Campinas. Mais tarde chegaram ao mesmo lugar, as Irmãs Franciscanas, que criaram o Colégio Santa Clara, no início tido com um convento para jovens freiras. Em 1914 o aglomerado se tornou município, com características de relevância religiosa e comercial para a região. De 1810 a 1936, do seu início até o ano em que se tornou um bairro da cidade de Goiânia, Campinas viu seu Centro Religioso se consolidar face aos grandes equipamentos institucionais, a Igreja Matriz, o Seminário, o Colégio Santa Clara e o Convento. Porém, com a constituição do município em 1914, o Centro Administrativo do pequeno município migrou cerca de 100 metros à direção sul, o que criou o espaço da Praça Coronel Joaquim Lúcio e no seu entorno a implantação dos edifícios administrativos, a Cadeia Municipal, o Cartório Antonio do Prado, Prefeitura Municipal, Palace Hotel e demais prédios que abrigavam os gestores (GONÇALVES, 2003). Assim como em Brasília, os projetos para Goiânia deixaram de lado e às margens da cidade as pessoas que fizeram a parte braçal da construção. No caso da capital federal, existiram edificações destinadas aos trabalhadores de menor renda que acabaram sendo ocupadas por pessoas que tinham melhor poder aquisitivo. Já, em território goianiense, eles não chegaram nem a habitar alojamentos e/ou conjuntos provisórios, quem não queria ficar para a parte leste da cidade e longe de tudo, se via ocupando as áreas a oeste, em volta do município que serviu de base, Campininha das Flores.

2.2. A segregação sócio espacial

A forma como os trabalhadores, responsáveis pelas construções da cidade, e os demais migrantes que deixaram suas origens nos mais variados lugares do país para tentarem a sorte no sertão do planalto central, foram tratados, foi sem cuidado algum. Eram tratados pelas próprias políticas públicas de consolidação e gestão das novas cidades, Brasília e Goiânia, de um jeito ingrato como outras futuras metrópoles e seus governantes agiram diante das pessoas que não eram desejadas para cidadãos, a não ser como era vistos, somente para a força de trabalho.

Pelá (2012) afirma que as cidades do interior do Brasil, Goiânia e Brasília, foram criadas a partir de um contexto político, econômico e social diante do processo de formação e construção do território brasileiro e que esse cenário favorece a visualização de momentos em que as contradições, desigualdades e segregações acontecem no contexto urbano.

Nisso, fica bem perceptível que existia uma proposta de construção das cidades que acontecia paralela a uma proposta, não resolvida, com uma mão de obra que não se enquadrava dentro desse contexto de urbanidade. Por isso, nas histórias oficiais, não existiam os espaços para aqueles que não conseguiam comprar os lotes de terras nos centros, aqueles não podiam comprar uma casa ou apartamento já construído. O lugar daqueles que estavam somente com a vontade de trabalhar e mudar de vida, era fora, estava marcada em lugares que não haviam ruas, canos de água ou rede de iluminação.

Segundo Moysés (2004, p. 63) a urbanização do Planalto Central é parte integrante de um processo que utiliza Goiânia, como primeira capital, que vai servir de base para a construção de outras cidades que vão surgir mais tarde, Brasília e Palmas. Ela seria um espaço em que tudo o que foi feito nela era utilizado mais tarde nas outras duas capitais. Não só os bons exemplos e resultados, assim como os modos de tratar os migrantes e trabalhadores sem dinheiro, nem posses.

Para isso, é relevante lançar mão de algumas reflexões que vão basear-se em alguns momentos da história em que pode ser observado um crescimento populacional em Goiás na casa de 301,7%, no período de 1960 – 2000, enquanto o crescimento geral do Brasil era de 142,9% (MOYSÉS, 2004, p. 67). Claro que essa expansão se dá em virtude da migração de pessoas que vieram em função da construção das três grandes capitais, assim como os que estavam em busca de oportunidades quaisquer.

Para chegar a esses percentuais de crescimentos assustadores, o discurso de modernidade proposto por Vargas e Ludovico, e mais tarde por Kubistchek, no momento da construção de Goiânia e Brasília, foram excelentes objetos de chamamentos das pessoas. Não se tinham nesses espaços somente novas cidades, existia a proposta para a construção de cidades baseadas em traços inspirados em preceitos europeus, em edifícios que destoavam totalmente do que havia nas pequenas cidadelas do entorno e a instalação de novas formas de construir e habitar.

Havia as áreas administrativas, as zonas de comércio, os lugares de lazer e aqueles destinados às moradias. A fala da organização, do arranjo, de cidades

inovadoras e modernas estava presentes em todos os jornais, nas conversas boca a boca e em tudo o que circulava pelo país. Existiam dois sentimentos: o primeiro que podia dar tudo certo e o segundo que se referia ao sentimento de tentativa de um futuro, correto ou não.

Por isso, o processo migratório para uma nova cidade como Goiânia não foi algo que assustou tanto aos habitantes menos favorecidos. Havia uma possibilidade e um desejo, assim como tinha um força de trabalho e conseguiam enxergar a curto e médio prazo espaços de terra onde pudessem habitar. A partir daí começaram a surgir as primeiras situações de ocupações irregulares de áreas públicas e privadas, o início da construção de barracos as margens do centro oficial da cidade e no entorno do município de Campinas, o que mais tarde marcharia em direção aos lugares mais distantes, em virtude das primeiras ocupações já iriam tornando-se saturadas de moradores.

Na busca de compreender as fundações e as construções das duas capitais, Goiânia e Brasília, pode se observar que há um pano de fundo expressivo no que diz respeito aos interesses, aos discursos de cidades novas e a construção do progresso e da modernidade. Existia uma fala muito marcante e empolgada sobre o processo da chegada do Brasil litorâneo ao Brasil do interior, da ligação feita por meios de transporte e comunicação e das mudanças no jeito de desenhar e representar cidades.

Esse grande pano de fundo tem uma fala rumando somente em direção ao que seria construído e aos espaços privilegiados, não há um olhar social, uma forma de

incluir os construtores, os que vinham de outros lugares, os mais pobres no novo cenário urbano. O que é possível afirmar após as análises é que as duas cidades nasceram para um grupo específico, elas foram projetadas e formadas sem pensar no contingente que impulsionavam para o grande espaço do Planalto Central. O interesse nos seus discursos de convencimento eram os de *“Venha para Goiânia e enriqueça”* ou *“Mude para Brasília, para a nova Capital, com lugares amplos, edifícios pensados para morar”*. Porém, infelizmente, isso o que era proposto e apresentado.

Em Brasília, tinham os acampamentos de obras que ao longo dos anos acabaram se tornando relevantes cidades satélites que há muito tempo e ainda hoje se formaram como espaços de depósitos de gente, com dificuldade de reconhecimento como espaço formal urbano. Só mais tarde, vão receber um status de legalidade, ainda que hoje ainda não tenham todos os serviços e atendimento no que se refere aos quesitos de infraestrutura urbana e todos os atendimentos sociais, econômicos, culturais etc.

Do mesmo modo, Goiânia não deu tantas esperanças aos seus cidadãos não tão desejados. Eles foram tratados como mão de obra pesada, nada mais que isso. Toda assistência que lhes eram necessárias foram renegadas e qualquer ação social do governo lhes deixou de ser prestada, não tinha acesso aos todos os serviços obrigatórios do estado e muito menos ao direito da sonhada casa própria. Por isso, tornaram-se os grandes vilões das áreas de proteção ambiental, das matas ciliares ao longo dos cursos d'água devido as ocupações que foram acontecendo ao longo dos rios e córregos que estavam nos trechos do centro de Goiânia e Campinas. Mas, não somente nesses lugares foram os espaços dos

trabalhadores e as pessoas sem condições sociais se fincarem, eles procuram regiões distantes, após Centro, sentido sul e leste, assim como em sentido noroeste da capital.

O que só reafirma que todo esse processo de construção das cidades, vão se reverberar numa edificação voltada, sempre, ao centro e com desejos de construir uma cidade perfeita, com desenhos urbanos interessantes, arquitetura marcante mas negando aqueles que não podiam habitar esses lugares planejados.

2.3. A cidade sobre o entulho

A expressão “cidade” de acordo com Benevolo (2005) designa um lugar aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo, privilegiado. Nesse caso é um espaço, um aglomerado em que a vida acontece de forma distinta do campo e ao mesmo tempo é dotada de inúmeros equipamentos e estruturas que a torna aprazível e dá condições para viver cotidianamente.

Lefebvre (2002) afirma que a sociedade urbana ou o urbano, simplesmente, não é uma realidade acabada, situada em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, define-se como horizonte, como virtualidade iluminadora, como espaço de mudanças, de possibilidades. Ele aplica a esse lugar um arranjo mutante de onde parte e pretende-se chegar, qual direção os acontecimentos urbanos vão dar ao lugar a medida que eles forem acontecendo, qual o percurso e a destino final que esperam dele.

Grostein (2001) diz que essa mesma cidade pode ser tratada em duas classificações, principalmente a partir da década de 1940, no caso brasileiro. A primeira é aquela formal e legal, ela nasce a partir de um plano, de uma vontade político-administrativa e posteriormente recebe os aparatos urbanos para que a torne num espaço de convivência, trabalho, moradia e lazer. Já a segunda, é aquela que pode ser definida por Cidade Clandestina ou Irregular, esta é o espaço originado a partir de ocupações, posses ilegais e maneiras não convencionais de se chegar e se apropriar de uma gleba de terra. Para exemplificar isso, basta fazer o posicionamento

enquanto observador para os espaços que são agregados aleatoriamente ano a ano nas bordas das grandes metrópoles brasileiras.

Na cidade de Goiânia, o processo de constituição da urbanidade passou pelas duas classificações. Primeiramente, pela fundação da cidade em 1933, cujos projetos iniciais foram pensados e graficados pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima (fig. 8). De acordo com seu idealizador, o nascimento da capital seria pensado para um total de cinquenta mil habitantes e mais tarde o que se viu foram números populacionais muito maiores que os iniciais. É a partir daí que entram os confrontos, os planos originais para a região central da capital e para os demais bairros planejados que são tratados como a parte legal ou regular. Ao contrário disso, várias regiões ocupadas de forma à abrigar quem não havia sido contemplado no plano urbanístico goianiense eram tidos como a parte clandestina e irregular da capital.



FIGURA 8 – Primeiro projeto de Atílio para Goiânia (1933)
In: Manso (2001) apud Trevisan (2007)

Gonçalves (2003) defende que a partir da formação inicial da cidade o processo de desenvolvimento que Goiânia experimentou ao longo das suas primeiras décadas algumas mutações ou prolongamentos. Ela foi alterando a sua malha urbana, seus limites enquanto município e se moldou de acordo com novos bairros que foram surgindo. Alguns deles, imediatamente ligados à região central, como Setor Oeste, Setor Coimbra, Setor Aeroporto e outros, originados até meados da década de 1960, eles que foram os novos lugares, projetados e implantados de forma legal e fizeram a ligação entre o Centro Administrativo da capital e a antiga cidade, Campinas.

O município-bairro de Campinas assumiu, a partir de 1933, uma importância maior que tinha antes, passou a ser base de apoio para a construção da nova capital. Os engenheiros, técnicos, gestores que saíram de suas cidades para construir Goiânia se instalaram com suas famílias no antigo município. Já, os operários com menos assistência, salários menores e menos possibilidades tiveram, na sua grande maioria, que ocupar as bordas do bairro de Campinas. A partir daí, podem ser datados os primeiros bairros irregulares que surgiram nas partes periféricas da Cidade de Goiânia. Bairros como o Setor dos Funcionários, Centro-oeste, Vila João Vaz, São José e muitos outros foram ocupados pelos operários e outros migrantes que vieram para a região de Campinas, pensando nas novas possibilidades que a Capital lhes poderia oferecer. Esses foram espaços urbanos criados de forma irregular, ocupados por força e/ou pacificamente sobre áreas de preservação ambiental, como o caso do leito dos Córregos Capim Puba e Cascavel.

Nesse contexto, ainda nas primeiras décadas da capital ela já experimenta um processo de novas ocupações e, conseqüentemente, surgimentos de

novos espaços urbanos ilegais que desenhados pelas próprias pessoas que os ocupavam. Nessa situação, não havia preocupação com a forma de se apropriarem desses espaços e nem uma atenção cuidadosa em relação ao meio ambiente e como ele deveria ser tratado. Havia ali, a vontade e a necessidade de conseguir garantir um pedaço de terra para a construção de uma forma de moradia, de se conseguir a, já tão falada, casa própria.

2.4. As novas regiões

A situação do aparecimento de espaços urbanos ilegais se intensificou, principalmente, a partir das décadas de 1960 e 1970. Esse fenômeno não aconteceu somente no caso de Goiânia, no Brasil ou América Latina. Benevolo (2005) afirma que na Europa, Ásia e África tiveram os mesmos problemas de expansão urbana exagerada e sem gestão governamental. Segundo o autor, isso aconteceu devido ao descrédito que os moradores do campo passaram a ter em seus lugares de origem, o que gerou a necessidade e vontade dessas pessoas de se deslocarem ao meio urbano e lá buscariam melhores postos de trabalho, educação, lazer e desenvolvimento pessoal e social. Com tudo isso, uma enorme migração ou êxodo rural causou a chegada de um contingente maior nas cidades e principalmente para as capitais, com Goiânia não foi diferente.

Na década de 1970, no caso da capital goianiense, os bairros legais da região central já estavam estabelecidos, assim como os clandestinos que já haviam se inserido forçadamente em torno do bairro de Campinas. Estes se mantiam fincados como forma de afirmar seu pertencimento à nova cidade. Contrastando com isso, o que restava aos antigos trabalhadores e moradores rurais, aqueles das pequenas cidades e até os vindos de outros estados sentido à Goiânia, era a dura tarefa de enfrentar os caros alugueis em lugares mais próximos à campinas ou ao centro da cidade. Outra saída possível era a de colocar suas malas e poucos pertences nas costas e marcharem em direção à periferia pouquíssima ou nada urbanizada. Eram lugares distantes com cenários quase rurais, em várias regiões do entorno, mas

nesse caso da proximidade de Campinas o objetivado era a grande região noroeste., a qual acabou sendo o destino de inúmeras famílias que estavam sem rumo.

Essa área era composta por uma enorme área rural com o nome de Fazenda Caveiras, um imenso espaço, marginal ao bairro de Campinas. Antes, ele era utilizado pela Prefeitura Municipal de Goiânia como lugar depósito de entulhos de construção, aqueles restos de obras que eram produzidos pela intensa demanda das construções na região central da cidade (fig. 9).

Segundo Moysés (2001) a imensa área passou a ser ocupada ilegalmente, em 1979, por pessoas que queriam e precisavam sair da pressão social e financeira que viviam. Esses personagens formavam grandes e inúmeras famílias que estavam reféns dos altos aluguéis em outras regiões da cidade, tinham problemas sérios de transportes, assim como dificuldade de conciliarem os valores pagos aos proprietários dos imóveis com a necessidade de suprir quesitos básicos como alimentação, saúde e higiene pessoal. O que os obrigavam a migrar para um local em que estivessem livres das condições de opressões, nesse momento, principalmente a financeira. Esse contexto e cenário tinha como pano de fundo uma briga entre a vontade de viver na cidade, de ser urbano com a necessidade de se manter vivo enquanto ser humano.

Esses indivíduos precisavam desse local como um novo rumo e lugar para visualizarem condições, no mínimo, vitais para o futuro. Viram ali a oportunidade de construir suas moradias. Naquele momento não estavam sendo consideradas condições básicas, como a existência de equipamentos esportivos, educacionais, culturais e saúde, todos esses itens que tornariam o espaço adequado e aprazível à vida humana.

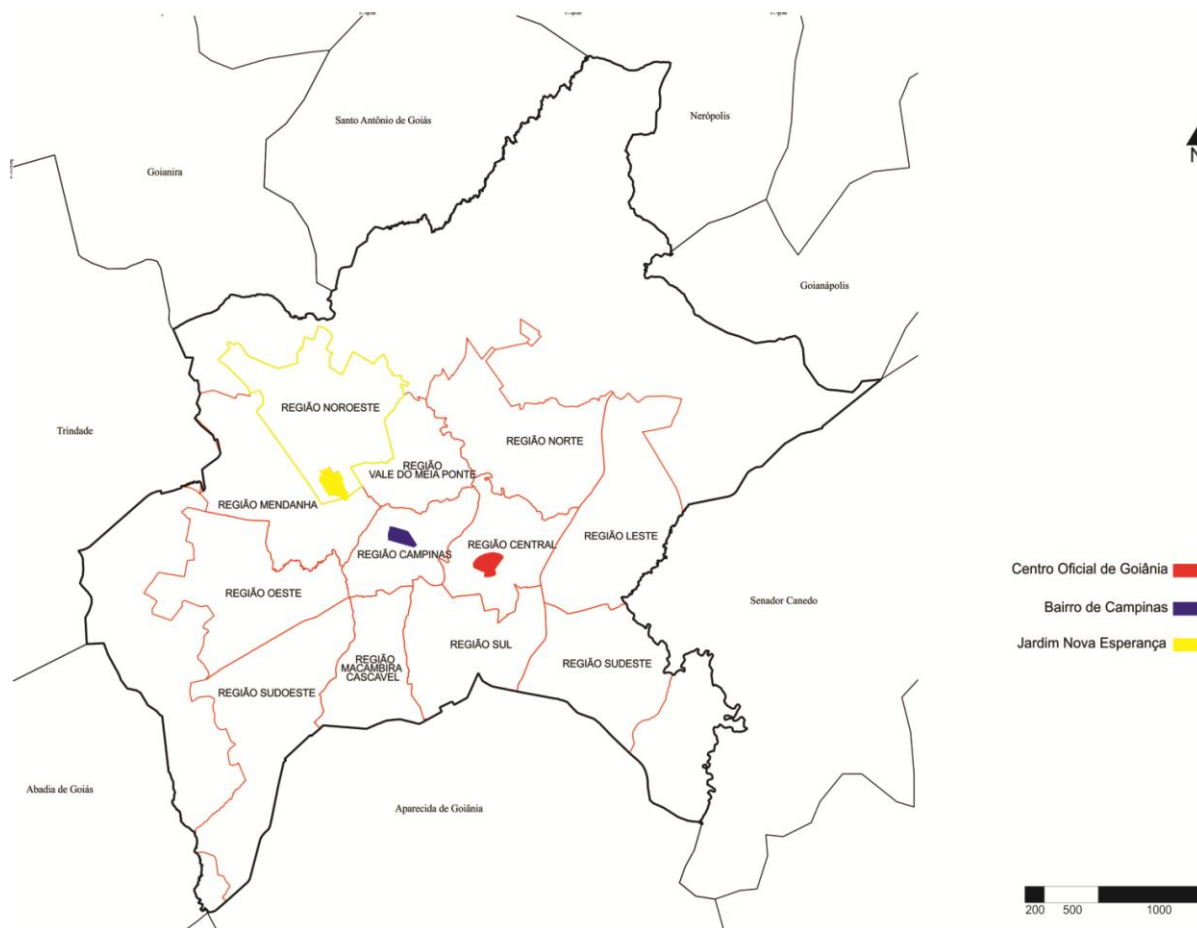


FIGURA 9 – Localização das Regiões de Goiânia – com adaptações do Autor
In: Seplam/Goiânia

Segundo uma das líderes do movimento dos ocupantes da região, Maria de Jesus Rodrigues, as coisas aconteceram muito rapidamente, não houve a princípio uma organização do grupo. Aquilo era uma grande área, parte de uma fazenda que não estava ocupada. Alguns poucos hectares com



FIGURA 10 – As lavouras de arroz e o início da ocupação
Jardim Nova Esperança, Região Noroeste, 1979
In: Acervo Pessoal – Geralda Santa Barbara

plantações de arroz, outros com montes de entulhos de construção e o resto coberto de pés de manonás (fig. 10).

Já Geralda Santa Barbara, outra líder do movimento, narra o que os primeiros ocupantes a disseram. Ela diz que sendo eles, primeiramente foram duas famílias, chegaram armaram algumas precárias barracas de lonas e outros materiais improvisados e começaram a ficar por ali. Teve um momento que eram poucas famílias a mais e logo já eram centenas deles. Algumas famílias que moravam em outras regiões da cidade ouviram falar daquela ocupação e logo correram para

garantir seu lote. Outros passavam por lá para certificarem se era verdade aquele boato e já ficavam acampados.

Naquele momento, acampar era o mesmo que ter certeza de que aquilo seria de cada um, caso contrário, outro ocupante queria e tentava ocupar também. Existia aquele impasse e disputa entre as pessoas, todos que estavam ali precisavam ter um terreno e uma casa e esse pela força, infelizmente, era um modo de conseguir este sonho.

Porém, no ano de 1979, no contexto goianiense, mais especificamente na Região Noroeste de Goiânia o ato de habitar dignamente não era prioridade. Foi onde no mês de julho, o cenário de matagal que escondia os lixos depositados ali deu lugar aos inúmeros barracos construídos desde pedaços de madeira até grandes amontoados de papelão e lonas plásticas pretas (fig. 11) (MOYSÉS, 2001).

Essa primeira parte da ocupação marcou a luta pela casa própria na capital que ainda era muito jovem,



FIGURA 11 - Barracos de Lonas Esperança
In: Geralda Santa Bárbara

apenas com quarenta e seis anos. Mas isso já servia para comprovar que o projeto inicial para a cidade era utópico do ponto de vista em que privilegiava a parte planejada central e não conseguia visualizar a enorme explosão demográfica e habitacional que mais tarde aconteceu (OLIVEIRA, 2002). Esse marco inicial começou com o nome de Jardim Nova Esperança, na tão distante Região Noroeste de Goiânia. Ele estava na área localizada na parte de leste da Avenida Perimetral Norte até a parte oeste do Córrego Caveirinha. Este lugar, nessa época, ainda nomeado e legalmente tratado como Fazenda Caveiras, ai porque do nome do curso d'água existente ali, o Córrego Caveirinha.

Um dos fatos mais impressionantes que ocorreu na ocupação da Região Noroeste e com foco no primeiro polo de ocupação, o Jardim Nova Esperança, era a forma como os moradores foram construindo a noção de pertencimento e “urbanização” daquela nova área que se integrava à cidade. Segundo Santa Barbara e Rodrigues, os próprios moradores elegeram líderes, entre os quais as duas estavam incluídas e eram comandados pelo estudante de agronomia, Robinho Martins de Azevedo. Eles fizeram com auxílio de parceiros a demarcação dos lotes e desenharam seu próprio traçado urbano para o bairro. O que ainda ficou estabelecido desde então, até hoje.

Os próprios líderes fizeram uma espécie de código legislador, acordaram entre si. Nele, todos teriam que seguir padrões referentes às áreas mínimas e máximas dos lotes ocupados, era o início da demarcação das unidades individuais, a definição dos locais indicados às áreas públicas, hospitais, igrejas e locais de reuniões. A lógica do projeto de arruamento e definição dos lotes aconteceu levando em consideração as

duas grandes avenidas perpendiculares entre si, eram a Avenida Central (oeste-leste) e a Avenida Sol Nascente ou Rua da Feira (sul-norte) (MOYSÉS, 2001, p.05). Assim formariam quatro quadrantes e neles teriam as divisões das quadras (figs. 12 e 13).

No quadrante 01 seriam organizadas as quadras de 01 – 49, no dois de 50 – 99, no três de 100 – 149 e no último de 150 – 200. Porém, aconteceram algumas falhas e desentendimentos. Os quadrantes não foram totalmente ocupados pela quantidade de quadras previstas e o início da ocupação foi marcado por vários embates com proprietários, outros falsos donos e com a justiça, a expansão da proposta urbana original não aconteceu e o quadrante 01, por exemplo, ficou somente com vinte e duas quadras. O mesmo aconteceu com os demais espaços, no mais o desenho do bairro permaneceu foi efetivado e permaneceu até hoje (fig. 13).

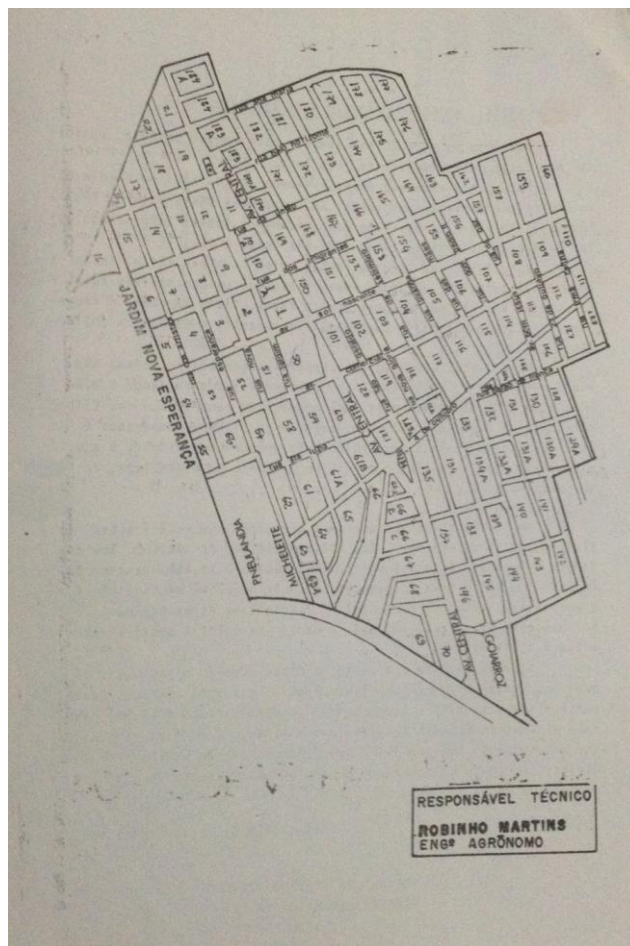


FIGURA 12 - Mapa original feito pelo movimento de ocupação, 1979
In: Acervo Pessoal – Geralda Santa Barbara

Pelas palavras de Geralda Santa Barbara e Maria de Jesus Rodrigues, na parte do quadrante 02 aconteceram problemas entre ocupantes e líderes. Os moradores não aceitaram a forma como Robinho havia definido e fizeram o redesenho de algumas ruas e quadras, assim teriam mais unidades habitacionais e mais pessoas atendidas.

O que acabou fazendo com que o desenho se adaptasse à essas exigências e não a ideia inicial das quadras em formato de tabuleiro (fig 13).

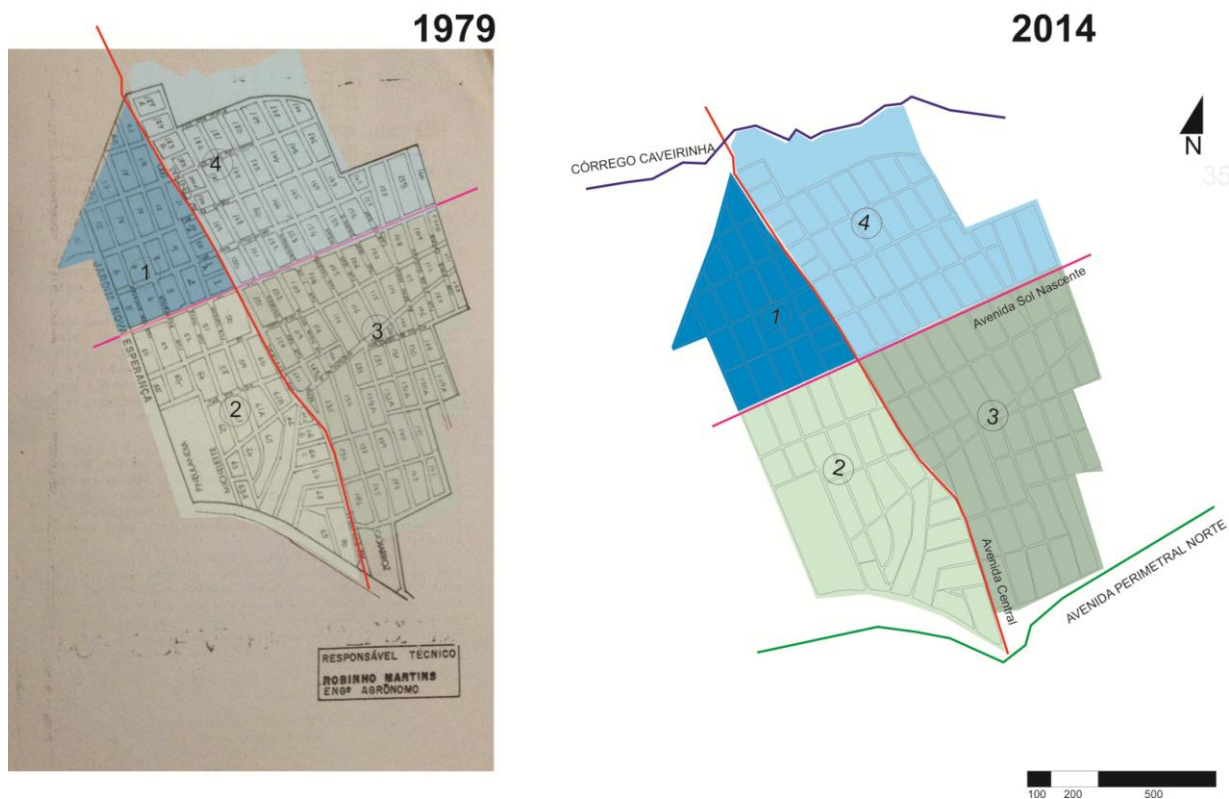
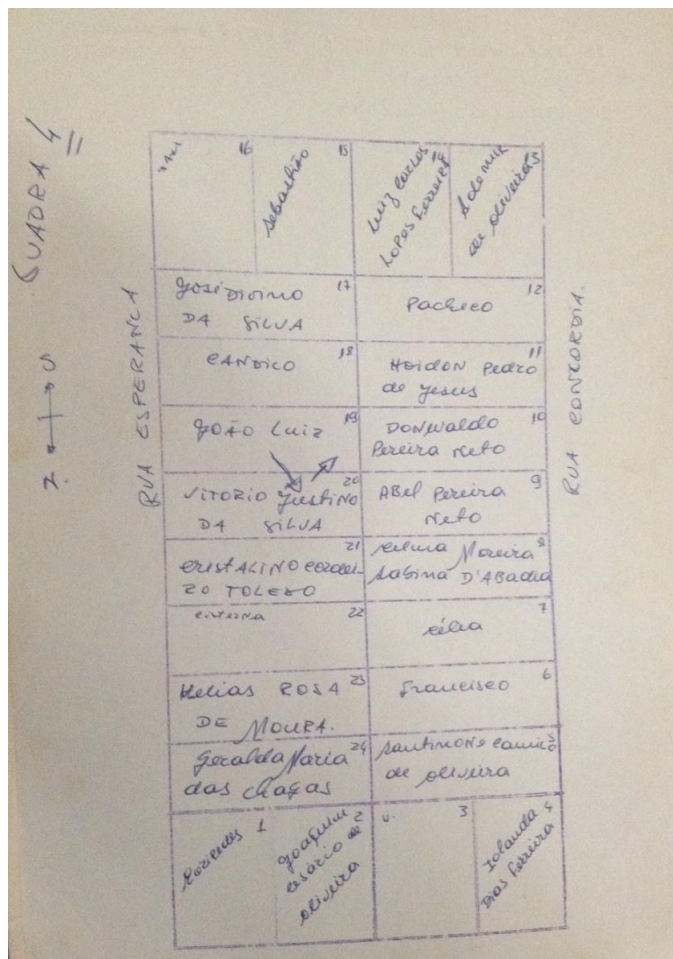


FIGURA 13 - Mapa original (1979) e Mapa Atual (2014)
In: Acervo Pessoal – Geralda Santa Barbara; Seplam/Goiânia, com adaptações do autor

Nesse momento, havia a necessidade de criar uma liderança para cada quadra, foi a forma como Robinho e seu grupo encontrou para resolver as tentativas de resolver as tentativas de ocupações por parte daqueles que não tinham conseguidos seus lotes, para resolver problemas da vizinhança imediata e até problemas menores como brigas de casais, confusões de bêbados e ai por diante. Esses indicavam o nome de cada morador dos lotes de sua quadra e respondia por todos eles (fig. 14). Mas isso foi de muita valia, esse supervisor de quadras levava para a grande reunião do movimento, as reivindicações e problemas encontrados ali. Esses cidadãos não tinham condições de trabalhar fora, em empresas ou no centro da cidade, por isso havia um acordo com todos os moradores para que os líderes do movimento e os representantes locais recebessem



ajudas mensais em dinheiro e alimentos para que ficassem à disposição da Associação de Moradores (fig. 15).

As aberturas das vias foram feitas a partir desse consenso das pessoas que ocuparam e executadas por “empreiteiros autônomos” que possuíam máquinas pesadas, patrulas e tratores. Esses recebiam por hora trabalhada e não tinham qualquer projeto oficial de urbanização por parte de órgãos municipais, estaduais ou assessoria de urbanistas, durante sua concepção.

“Uma vez, na porta da nossa casa um trabalhador de uma patrula estava fazendo a abertura da rua e de repente só sentiu uma tijolada na cabeça. Sua reação foi deixar a máquina lá e sair correndo, jurou que não voltaria mais àquele lugar de bandidos perigosos. Fomos ver o que tinha acontecido, o filho do nosso vizinho que o atingiu, o moleque pensou que o patroleiro era um daqueles caras da prefeitura, aqueles que por varias vezes passaram por cima de alguns barracos.” (EURIDES FERREIRA, 2012)

Esse sentimento de defesa que estava no cotidiano daquelas pessoas, era pelo fato da perseguição e dos medos que sofriam por parte da justiça, dos empresários e do governo. Ao mesmo tempo em que a vontade

DEVE		CAI	XA	HAVER	
	Sub Total	3.705,50		Sub Total	169,00
26/04/80	Compra de Alimento P/ Sr. Antonio - T.C. de sup. urbano	60,00	28/05/80	Sebastião F. Barão	20,00
31/06/80	Compra de Alimento P/ Sr. Raulso - T.C. de sup. urbano	40,50	28/05/80	Joaquim Ramos da Silva	50,00
18/06/80	W. P. 67693 - Compra de carne	40,00	28/05/80	Francisco P. da Silva	20,00
15/06/80	Compra de Alimento P/ Sr. Antonio - T.C. de sup. urbano	60,00	28/05/80	Miguel J. da Silva	30,00
18/06/80	W. P. 67693 compra de carne	40,00	28/05/80	Cleusa Barbosa de Souza	50,00
23/06/80	Compra de Alimento	50,00	28/05/80	Alfredo Luiz Caldas	20,00
26/06/80	Compra de Alimento P/ Sr. Zico	30,00	28/05/80	Jorge S. Pereira de Moraes	20,00
26/06/80	Compra de Alimento P/ Sr. Raulso	40,00	28/05/80	Geraldo Ferreira Campos	30,00
26/06/80	Compra de Alimento P/ Raulinho	35,50	28/05/80	Geraldo Inacio Souza	50,00
26/06/80	Raulso - compra de Verdura	20,00	"	Mirali Glória Ferreira	50,00
26/06/80	Compra de Gas. Acido	40,00	"	Colman A. Sardenha	50,00
26/06/80	Compra de Verdura. Raulso	50,00	"	João Gomes	20,00
26/06/80	Compra de Verd. e Fr. - Raulso	18,00	"	Alma C. de Queiroz	20,00
26/06/80	Compra de Fr. - Raulso	30,00	"	Antonio C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
			"	Suelena R. F. Pires	20,00
			"	Alma C. de Queiroz	20,00
			"	Arilton C. de Queiroz	20,00
		</			

de construir seu próprio bairro e casa, crescia na mesma intensidade o medo diário de serem retirados daquele lugar, aumentava. Isso não acontecia aleatoriamente ou independente de outra causa, inúmeros momentos desde, os ocupantes viram seus barracos jogados no chão ou queimados. Desse jeito, passaram a desenvolver suas próprias formas de se defenderem, o estranho, o central sempre seria uma ameaça. Era a afirmação da segregação não apenas da cidade para com eles, mas deles em relação a quem não era do seu grupo.

Para Grostein (2001) o grande problema dessa forma de defesa de áreas ocupadas ilegalmente e de fazer cidade de modo empírico vai de encontro com outro problema, algo bem recorrente nas cidades brasileiras entre o período de 1950 – 1990. Era o fato dessas atitudes não levar em consideração as questões ambientais. Qualquer forma de morar vai ser suficiente, independente se há cuidado e olhar sustentável com áreas de preservação, rios, córregos entre outros.

Em relação a esse meio ambiente, os novos moradores desenhavam e executavam suas casas, lotes, ruas e bairro, sem assessoria de arquitetos, urbanistas, biólogos, engenheiros, legisladores e demais profissionais. Faziam isso, sem pensar em questões de saúde pública, mobilidade e vários outros aspectos que cooperam para uma vida urbana ideal. Neste caso, a prática mais utilizada pelos primeiros habitantes do Jardim Nova Esperança, foi lançar mão da famosa expressão: “*faça você mesmo*”.

De acordo com relatos de alguns moradores mais antigos, a ausência de um pensamento sustentável gerada por eles mesmos, criava inúmeros danos. Um caso

clássico era relacionado às primeiras chuvas que aconteceram na região, elas fizeram com que a água utilizada para banho e alimentação se misturasse aos dejetos biológicos das latrinas de cada família, era a fossa se sobrepondo ao poço d'água.

Esse fato chega a ser curioso, pelo acontecimento e como solucionaram o problema. De acordo com Divino Orlando, um dos primeiros moradores – não ocupante original, mas comprador de um posseiro - as primeiras chuvas foram cruciais para entenderem que os barracos não poderiam ter seus fechamentos laterais, as “paredes”, até o chão. Existia um impasse que era o fato de cisternas e latrinas serem abertas nos lotes de cada morador. Com isso, primeiro tem o problema de saúde que era um produtor de água para uso ao lado de um receptor de fezes humanas, só isso, automaticamente, gerava uma contaminação absurda. Mas, o pior não estava somente nisso, quando chovia, enchia de água as cisternas e latrinas, como as segundas eram feitas com uma profundidade bem menor, transbordava sua área e essa água suja invadia os poços produtores de água para uso.

Além disso, tinha a situação do terreno ter uma inclinação considerável no sentido Leste – Oeste, da Avenida Perimetral sentido ao fundo de vale do Córrego Caveirinha, quando havia o enchimento e transbordamento dos poços, de consumo e de higiene, a grande enxurrada bem suja passava a correr todo o terreno, do ponto mais alto ao mais baixo. A solução era que os moradores tinham era deixar os fechamentos laterais dos barracos com uma distância do chão de mais ou menos trinta centímetros, assim a água suja descia, passava por dentro das casas, sem abalar suas estruturas. Restava aos habitantes subirem nas suas camas, que também

eram elevadas, e olharem água e tudo o que tinha juntado, passando por dentro dos barracos e debaixo de móveis.

MOYSÉS (2001) afirma que o segundo momento do início das ocupações da Região Noroeste, foi datado em 1981. Nessa fase, as famílias que não conseguiram ocupar e demarcar os lotes no Jardim Nova Esperança, ocuparam a área compreendida entre o Córrego Caveirinha e as Chácaras no Bairro Santos Dumont. Porém, essa segunda área não conseguiu se consolidar, as famílias foram retiradas por ações governamentais para uma área criada e destinada a este perfil de cidadão. O que vale a pena começar a verificar como aquela grande área distante do centro da capital foi sendo ocupada ilegalmente ou dotada de outros bairros feitos por mãos e ações dos governos. É um momento que se consegue ter uma leitura dessa definição da região, quais seus limites e quantidade de terra que passou por quatro décadas de ocupação (fig. 16).

Na fase inicial, só haviam os bairros Chácaras Rosas de Ouro e São Joaquim, onde eram os sítios de recreios daqueles que tinham casas no centro da cidade e iam para suas chácaras nos finais de semana. Eram espaços generosos banhados com cursos d'água e bem sossegados, que mais tarde foram "atormentados" os barulhos constantes dos martelos e serrotes dos novos vizinhos, todos na construção do Jardim Nova Esperança. De onde começariam as ocupações tardias e que chegariam até os limites da Noroeste, chegando até o leito do Rio Meia Ponte e ao Longo da GO 070, que levava à antiga Cidade de Goiás.

Em 1982, surgiu outra tentativa de ocupação denominada Jardim Boa Vista (MOYSÉS, 2001). Era uma gleba, também, próxima ao córrego e ao lado do terreno do antigo Frigorífico Anglo, hoje Grupo Friboi. Segundo Eurides Ferreira, moradora da época, essa foi uma das piores fases da região, pois tinha ali a vontade de ocupar um espaço de um importante grupo de empresários. Acrescentou que esses proprietários contrataram seguranças, altamente armados, posicionados quase que de dez em dez metros um do outro, circundando toda a área da empresa. Tinham receio que fossem totalmente dominados e ocupados. Essas atitudes por parte do empresariado geraram pressões sobre o governo para que a situação se resolvesse e as terras deixassem de ser ocupadas clandestinamente.

Para Chaves (1985), a presença dos ajustes governamentais foi não somente para atender a uma pressão de empresários, mas também, foi uma forma de manter esses ocupantes todos alocados numa região distante da cidade, sem benefícios e qualquer tipo de estrutura urbana. A autora acrescenta, ainda, que existiu uma presença marcante das “Teologias da Libertação” visto que a Igreja Católica saiu a frente como defensora dos pobres que queriam pedaços de terras alheias, também acabou sendo favorecida de inúmeros lotes em todas as ocupações. Porém, nessa fase a atuação da Igreja Católica estava sendo feita com muito cuidado, para que não parecesse que ela havia assumido uma grande guerra com os gestores públicos e o restante da sociedade goianiense. Ela teria que figurar como uma ajudante no que dizia respeito a dignidade humana, aos direitos à terra e as ações eram, pelo discurso, muito mais religiosas que sociais, como nas missas e procissões realizadas no bairro em determinados momentos (fig. 17).



FIGURA 17 - Visita de Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, ao Jardim Nova Esperança, 13.02. 1981
In: Rodrigues, Maria de Jesus. Retalhos de Lembranças. Goiânia, Kelps: 2013

O governo estadual a partir das falas da igreja e da tentativa de virar todos os problemas a seu favor, começou a pensar e agir com as soluções de se construir um bairro com moradias de interesse social, em 1981-1982. Os gestores estaduais viram, na região, uma maneira de alocar as pessoas de pelo menos duas das três ocupações iniciais, Jardim Boa Sorte e Boa Vista. Essa foi a implantação da Vila Finsocial, por ordem do Governador Ary Valadão e aprovado legalmente quatro anos após seu início, em 18/11/1985 (MOYSÉS, 2001). Nascia ali, uma tentativa de primeira “favela” controlada ou a primeira ação assentamento dos ocupantes da grande noroeste (CHAVES, 1985).

Anos depois, começaram a surgir os movimentos de criação dos novos parcelamentos urbanos oriundos do governo e voltados a imensa população de baixa renda. Havia o discurso da construção em forma de mutirão, onde a pessoa construía, com ajuda do estado, a sua própria casa. O que causava um crescimento urbano

exorbitante na Região Noroeste, pós Jardim Nova Esperança (fig. 18). Porém, esses lugares nasciam sem nenhum tipo de infra-estrutura básica: água, luz, esgoto, serviços médicos e educacionais. Salvo a Vila Finsocial que surgiu com alguns desses benefícios.



FIGURA 18 – Desenvolvimento e implantação de novos bairros, década de 1980
In: Seplam/Goiânia, com adaptações do autor

Mas a Região Noroeste não se manteve apenas nos novos lugares da década de 1980, o pioneiro Jardim Nova Esperança marcou um momento de lutas pelos ideais, o que acabou gerando diretrizes para que outros grupos entrassem em movimentos posteriores em busca do direito à moradia. Aquela grande região assumiu uma postura de reivindicações, de tentativas de melhorias para o seu lugar, era algo que a identificava, embora as muitas resistências, principalmente por parte do estado.

Já no início da década de 1990, as lutas pela moradia se intensificaram sentido mais à noroeste ainda. Nesse momento, passava pelo Jardim Nova Esperança, pelos bairros feitos por mãos e lideranças do Governo Iris Rezende e chegaram às terras da Fazenda São Domingos, que margeava o leito do Rio Meia Ponte e se aproximava dos limites do Centro de Captação e Tratamento de Água da SANEAGO.

Foram inúmeras pessoas, muitas delas reconstruindo a mesma história da ocupação do Jardim Nova Esperança. Demarcaram seus lotes, ergueram suas precárias barracas de lonas e paus, passaram a pernoitar e ficar dias embaixo do sol para guardar aquilo que haviam ocupado. A fazenda deu lugar a um enorme bairro, nomeado Bairro da Vitória e posteriormente dividido em quatro bairros intitulados como Bairro São Carlos, Bairro São Domingos, Boa Vista e Bairro da Vitória.

Deles começaram a criação de novos espaços de moradia na periferia da Região Noroeste e da mesma forma que em 1979, o governo tratou de fazer a desapropriação da área, mais tarde fazer as negociações legais com os antigos proprietários das terras e contemporaneamente, o governo estadual tem realizado o Programa Casa Legal da AGEHAB/GO (Agência Goiana de Habitação), que visa a

regularização dos imóveis e a doação das escrituras legais a cada morador, sejam eles ocupantes originais ou moradores compradores. (AGEHAB, 2012).

Porém, mesmo mais de uma década antes desse programa, esses quatro bairros frutos de ocupações ilegais e lutas sociais deram nortes para a criação de novos bairros, a maioria deles já não mais ilegais, mas todos feitos por mãos de empreendedores que viram a possibilidade de encaixarem suas terras rurais em valores de solo urbano (fig. 19). Mais tarde, é possível observar o adensamento de forma a quase ocupar toda a área definida para a Região Noroeste. Os anos 2000, serão a década da especulação imobiliária de forma mais expressiva, nos quais o que sobrou de terra virou cidade. Mais uma vez, acontece o que já foi narrado, um momento o estado se aproveita e faz cidades, depois a iniciativa privada lucra e também faz cidades (fig. 20).

Toda essa expansão e ocupação da cidade vai demonstrar que houve uma porta de entrada e há ao longo de décadas a construção de uma grande urbanidade a partir de um lugar que era tido como lugar dos entulhos e gerou mais de quarenta bairros, já não mais em condições de barracos de lonas e buracos. Em outras palavras, o lixo virou cimento, que virou alvenaria, que virou pavimentação e que gerou um novo centro urbano dentro de Goiânia.



FIGURA 19 - Mapa com implantação dos bairros ao longo da década de 1990.
 In: Seplam/GO, com adaptações do autor



FIGURA 20 - Mapa com ocupação total da Região Noroeste, década de 2000.
In: Seplam/GO, com adaptações do autor

2.5. Composições formais dos bairros clandestinos

A grande expansão da Região Noroeste não se deu tão facilmente ou trocando poucas palavras. Até que o entulho virasse cidade muitas águas passaram por baixo dos barracos. Por isso, vale a pena retornar e fazer uma leitura da história do Jardim Nova Esperança, onde tudo começou, a partir da sua construção e de como, além das ruas que foram abertas, como as casas, a noção de pertencimento e comunidade gerou o bairro atual.

Seguindo a forma de desenvolvimento abordada por Grostein (2001), o Jardim Nova Esperança, núcleo de surgimento da Região Noroeste, foi sendo cada vez mais ocupado por casas que começaram a substituir os antigos barracos de lonas pretas e papelões. Nessa fase, as alvenarias, janelas de metal com vidro e telhados feitos com materiais próprios moldaram o cenário de aridez do novo bairro, já que as questões ambientais não foram respeitadas. Partiu-se da premissa de que quanto mais espaço de terra nos lotes, melhor e mais valorizado seria, da mesma forma que caberiam mais casas de uma mesma família dentro um único lote. Nem sempre havia o valor da terra como em alguns casos, conforme Villaça (2001). Existia algo mais importante, não era quanto custa o imóvel, mas quanto valia ter toda família morando em uma mesma comunidade.

Indo na mesma direção das ocupações edilicas de cem por cento de suas áreas, o grande fundo de vale do córrego foi ocupado e as ruas e avenidas não respeitaram os limites ambientais, o que ia na contramão das questões que efervesceram, principalmente, a partir da década de 1990. A valorização do meio

ambiente, das possibilidades de vida com mais qualidade tirando partido dos cursos d'água, dos fundos de vale, da arborização urbana e das matas nativas.

A grande questão era que para o Jardim Nova Esperança e toda a Região Noroeste, os problemas de ordem ambiental iam constantemente ao encontro de outros desequilíbrios, como os sociais, econômicos, educacionais e de violência. Esse local era tido como um lugar em que somente marginais moravam ali, era como se toda a parte negativa da capital tivesse sido depositada num só espaço.

Esse “depósito segregatório” viveu seus onze primeiros anos totalmente a parte área central da cidade de Goiânia, sua ligação era única e simplesmente pela relação de dependência pelos serviços públicos, educação, saúde e trabalho. Todos os dias, aconteciam os imensos deslocamentos da



FIGURA 21 - Mutirão de moradores para a construção da Escola Municipal
In: Acervo Pessoal - Geralda Santa Barbara

população feitos em ônibus lotados, sem condições dignas de uso, em ruas e avenidas esburacadas com alguns pedaços de massa asfáltica. Isso desenhava como eram as condições de infraestrutura do Jardim Nova Esperança, precária coleta de lixo, falta do esgotamento sanitário, inexistência de água tratada e alguns dejetos e animais mortos despejados em canais abertos pelas vias e inúmeras outras mazelas (MOYSÉS, 2001).

Somente a partir da década de 1990 é que começaram a aparecer possibilidades de mudanças físicas e urbanas que deram sinalizações as primeiras melhorias para o bairro e, automaticamente, para toda a região. Apareceu aí, com muitos problemas, o primeiro CAIS (Centro de Atendimento Integrado de Saúde), reestruturação das escolas municipais e estaduais que foram construídas ainda na década de 1980, pelos próprios moradores (fig. 21), a implantação de agências bancárias, pavimentação das vias, implantação de rede de água tratada, construção do esgotamento pluvial e muitas outras alterações desenharam novas possibilidades e tipos de vida da grande comunidade ocupante.

2.6. Os embates com a Administração Pública e a Justiça

De acordo com Moysés (1996, p. 79) até que chegassem os anos noventa e se estabelece um fim das disputas pela terra entre proprietários oficiais, estado, prefeitura e ocupantes, muito sangue correu pelas terras daquele lugar distante do centro. Alguns desses ditos “donos das terras” nem mesmo eram, outros se aproveitaram da situação de ocupação para terem sua parte naquele espaço. Assim como existiam os que de fato eram os legítimos responsáveis, como no caso dos proprietários do Frigorífico Anglo (atual Friboi), Goiarroz, empresa beneficiadora de cereais e outras.

Toda essa disputa era simples e puramente tratada entre jagunços e ocupantes. Aqueles que podiam contratar seguranças particulares, os mantiam fazendo ronda diária e noturna para que não houvesse uma apropriação que não admitiam. Isso era para coibir a possibilidade do avanço das ocupações sobre essas ditas propriedades particulares, mas há um momento na história do Jardim Nova Esperança e Região Noroeste como todo em que o governo e prefeitura correm atrás de mandados judiciais para que acontecessem as desapropriações. Para isso, foi designado um contingente de policiais militares que iriam fazer a desocupação de forma muito pouco pacífica.

Desde julho de 1979 até setembro do mesmo ano o que se ouvia entre os barracos e nos periódicos locais era a forma como um lugar no ermo da região noroeste havia se tornado um grande bairro de casas improvisadas, sem condições dignas de moradia e que criava uma grande confusão com os órgãos da administração públicas e poderes privados (MOYSÉS, 1996, p. 76). O que se via ali era uma terra

improdutiva, sem uso comercial ou social e que de um dia para uma noite cerca de cem famílias de desempregados, migrantes, moradores de áreas de riscos acabaram se apropriando de um pedaço de terra.

O que não se imaginava é que em poucos outros dias e noites aqueles grupos se tornariam muitas vezes maiores e ocupariam uma área de duzentos hectares de terra. Ao chegar o mês de setembro e depois de muito se ouvir falar sobre o assunto, a proprietária oficial da área, a CARFECE S/A buscava na justiça uma forma de conseguir a reintegração de posse de sua propriedade. Mas para isso seria necessário, também, saber a posição dos governos municipal e estadual que passavam por um serio problema para se entenderem sobre quem seria o novo prefeito da capital. Até que o nome de Índio do Brasil Artiaga (ARENA/PDS) foi aceito pela Assembleia Legislativa do Estado e endossado pelo governador Ary Ribeiro Valadão (ARENA/PDS). A partir daí começam os entraves de forma muito severa em que os lados ficaram muito claramente estabelecidos: estado e prefeitura ao lado dos proprietários oficiais e entidades assistenciais, OAB/Goiás, Igreja Católica e líderes de movimentos sociais em defesa e ao lado dos ocupantes.

Após esse entendimento de quem estava a favor e contra, foram levantadas as disputas. As pás mecânicas, homens armados, caminhões, bombas, cachorros treinados para promover a reintegração de posse, fosse ela amigável ou não, estavam prontos para agir. Para os moradores esse sim é um momento muito dramático e traumático, a polícia chegou como quem tinha que resolver a situação, houve correria e quebra-quebra, tudo o que podia ser derrubado foi feito. Nessa fase, as ruas estavam praticamente todas abertas, os lotes demarcados, os barracos levantados e as cisternas e latrinas em pleno funcionamento. Porém, nada disso ficou como estava,

a pá mecânica que derrubava os barracos era a mesma e com os mesmos destroços fechava os buracos dos poços e latrinas. Havia policia e segundo os gestores estaduais da época era para dar suporte aos fiscais da prefeitura que tinha que acompanhar toda a retirada de materiais e pessoas (JORNAL OPÇÃO, 1979)

Porém, essa tentativa de retirada foi vencida pela insistência dos ocupantes em permanecerem na área. Eles se mantiveram firmes e foram retirando, eles mesmos, os restos dos objetos que sobraram de cima dos caminhões. Começava ai a remontagem dos barracos, a limpeza das latrinas e cisternas e a readequação daquilo que havia sido destruído (fig. 22).

Toda essa ação frustrada e mal executada do governo e prefeitura fizeram com que ambos se recuassem.

Pronunciaram-se reconhecendo excessos, que o que se esperava era a manutenção da ordem e da segurança de todos e que tratariam

a situação de uma maneira menos implacável. A impressão que se tinha desses



FIGURA 22 - Restos dos barracos após a tentativa de retirada dos ocupantes
In: Acervo Pessoal - Geralda Santa Barbara, 04.10.1979

acontecimentos é que eles davam mais forças ao movimento dos ocupantes da área, prova disso é que uma média de quarenta famílias por semana chegavam por lá em busca de um lote ou algo similar (CHAVES, 1985).

Em seguida, após tantas pressões, em 6.11.1979, o prefeito Índio do Brasil Artiaga assinou o decreto que desapropriava a área da Fazenda Caveiras, impedia o comparecimento da polícia militar para uma tentativa de reintegração de posse e fazia disso uma bandeira política e social ao seu favor. A ação foi feita no próprio local, no Jardim Nova Esperança, assim o aproximaria daquela grande população de mais de duas mil famílias. Essa era uma forma inclusive de resolver aquele barulho todo, usando a favor da gestão municipal. O prejuízo que as famílias teriam seria o de não mais serem escoraçadas, nem humilhadas fisicamente, mas foram, de fato, apagadas da sociedade. O decreto as mantiam ilesas, assim como as deixavam como se em um depósito de gente à noroeste do centro da capital, como já foi apresentado anteriormente. Tudo o que se referia aos benefícios sociais, habitacionais, educacionais e de saúde estaria fora dali, assim como a força do governo e da polícia militar.

Nascia naquele lugar uma cidade entulhada em todos os sentidos, construída sobre restos de construção, com barracos erguidos com os mesmos resquícios, com ruas feitas pela colaboração de cada morador, sem condições de saneamento básicas e apartadas, de vez, da sociedade que vivia de modo organizado e assistido por todas as políticas públicas. Formou-se um lugar em que as pessoas não tinham esperança a não ser no nome do bairro, elas sabiam que teriam que baldear até Campinas ou ao centro da cidade se quisessem resolver detalhes básicos para um convívio em

uma cidade. Era o povo separado por brigarem por um trecho de terra e um pedaço de telha.

2.7. Considerações do capítulo

É relevante considerar que os novos territórios urbanos fundados por mãos de ocupações ilegais ou por políticas urbanas de assentamentos urbanos foram empreendidos para dar soluções aos problemas de moradia explodidos nas décadas de 1970 e 1980. Essas medidas, sejam elas por força ou por determinações dos gestores públicos usaram lugares que antes tinham outras funções, foram depósitos de lixo, rocas de plantações e grandes fazendas ociosas.

Justamente aí, que o uso da terra é levado em consideração, aquela que tem ou não função e a necessidade de dar à ela um uso. Isso resolvia os problemas de moradia e inclusão daqueles que não tinham acesso a cidade planejada. Dessa maneira, existiram as medidas de ocupação de terras sem saber de quem eram e como seria o longo processo de legalização, boa parte ainda hoje sem o direito legal decretado.

A década de 1970 responde aos questionamentos de pensar que será que somente os trabalhadores das construções são esses ocupantes? Há o problema gerado somente da população pobre urbana? O que é possível responder facilmente, usando a justificativa que há um expressivo número de pessoas que saíram dos interiores, dos espaços rurais e caminharam rumo a capital goianiense. Eles ajudaram a engrossar o grande número de cidadãos desprovidos de qualquer condição digna de vida, o que os obrigavam a passar pelas margens da cidade e os faziam tomar posse daquilo, ainda que de forma totalmente irregular.

No caso da macro Região Noroeste, o Jardim Nova Esperança foi o marco dessa luta, o que já estava sendo manifestado em várias cidades brasileiras. Porém, falando-se em Goiânia, essas manifestações eram o início de uma construção de uma cidade que não era pertencente ao grupo da capital. Era uma forma de dizer do direito à moradia, aos serviços públicos e ao acesso à cidade. É justamente aí que o lugar se criou, após brigas com o poder público, com município, estado e os próprios proprietários das terras ocupadas. A insistência em construir e reconstruir após as tentativas de desapropriação foram referências a resistência e a vontade de integrar-se à Goiânia.

É interessante considerar os fatos que narraram a segregação criada com o lugar, o que não acontecia não somente pela distância do centro, mas pela condição social e econômica dos moradores. Era uma espécie de traduzir uma separação muito clara entre comunidades feitas por mãos dos seus ocupantes e o restante da cidade que podia comprar suas casas. A centralidade desse lugar se firmou, também, em virtude do seu modo de vida. Havia uma dependência de uma família com outra e do que o lugar oferecia, o que acabou desenvolvendo uma relação de pouca dependência com os centros formais e maior dependência com os atores, comércio e serviços locais.

Todos esses fatores anteriores são marcantes no processo de consolidação do Jardim Nova Esperança e deixa modelos para toda a Região Noroeste. O que foi exemplificado pela criação e relação com os demais bairros que foram criados após, tanto cronológica como geograficamente, do núcleo inicial. Nesse momento, ficou registrado que a organização dos novos lugares geraram novas centralidades, com

Expressividade e importância para a cidade a partir do momento que eles se tornaram um espaço com forte comércio, serviço e um lugar para se viver diferente do que há 30 anos.

3. 1990 E AS POSSIBILIDADES FUTURAS

3.2. Perfil urbano, social, legal e econômico do Jardim Nova Esperança e da Região Noroeste

No início da década de 1990, os moradores, antes ocupantes ilegais nada reconhecidos, nem respeitados pela cidade oficial sentiram mudanças significativas no que diz respeito a implantação de condições de moradia, de equipamentos de saúde, educação e a ampliação de comércio e oportunidades locais.

A partir de reivindicações que vinham desde o final da década de 1970, os atendimentos por parte do governo municipal, no Jardim Nova Esperança, começaram a aparecer. O bairro recebeu o início da pavimentação asfáltica das ruas e avenidas, assim como a construção das galerias de captação do esgoto pluvial. Embora o que se referia ao esgotamento sanitário ainda ficou para trás e sem possibilidades de contemplação tão cedo, o que permanece ainda hoje. Nessa fase, a implementação da rede de distribuição de água tratada já havia sido feita pela SANEAGO (Empresa de Saneamento do Estado de Goiás) e os problemas originais como as velhas cisternas já não eram mais um grande entrave para a qualidade da água consumida, o que acabava evitando uma série de doenças que as pessoas conviviam antes.

Assim, como para o Jardim Nova Esperança quanto para toda a Região Noroeste, essas melhorias foram recebidas como uma possibilidade de mudança de vida e momento de vislumbrar possibilidades antes não enxergadas ou almejadas por aquela antiga população de ocupantes ilegais. Era o momento em que aquela enorme gleba, de 20 hectares de terra estava se institucionalizando e recebia condições

minimamente dignas de moradia e se via sendo atendida pelas ações do poder público. Já que antes, nos momentos de embates legais e posteriormente um processo de assentamento feito a revelia, os tiravam uma série de benefícios sociais, como por exemplo a possibilidade de financiamento para a construção das residências. Porém, esse novo momento gerava um sentimento de valorização, de participação e de pertencimento ao local. Havia a impressão de que o lugar estava conquistado e passaria por ajustes para melhorar as condições de vida e ter melhores perspectivas de futuro.

A partir do início do ano de 1993 a prefeitura de Goiânia e o Estado começaram a investir e desenvolver as obras de construção das tais galerias de esgoto pluvial e o asfaltamento das vias. A gestão da cidade era de responsabilidade do filósofo e professor universitário, Darci Accorsi e muitos moradores que viviam no bairro, nessa época, desenvolvem um discurso recorrente de que o antes candidato e posteriormente prefeito cumpriu com suas promessas de campanha. Segundo eles, Darci dizia que a primeira grande obra que, se eleito fosse, faria essas de infraestruturas urbanas na Região Noroeste.

É sensato pensar que ali havia um grande colégio eleitoral que era a porta de entrada para a grande Região Noroeste, um lugar com mais pessoas que uma cidade de interior, hoje aproximadamente 140 mil habitantes, poderia eleger vereador, deputado e até mesmo impulsionar bastante a eleição de um prefeito. Além disso, havia a presença maciça dos ocupantes originais que eram simpatizantes ou aliados do prefeito eleito, aqueles que brigaram com a polícia, em 1979, que resistiram em se manterem na área da antiga Fazenda Caveiras.

Neste momento, em 03 de fevereiro de 1993 se tornou o dia marcante, nele o prefeito Darci Accorsi vai ao Jardim Nova Esperança e faz um grande evento, anunciando o início das obras e em cima de uma retroescavadeira faz a abertura da primeira vala



FIGURA 23 – Lançamento das Obras de Pavimentação
In: Geralda Santa Bárbara - Associação de Moradores (1993)

para implantação do sistema de esgoto pluvial. Para os moradores que foram obrigados a conviver em meio da poeira e do barro, era uma grande virada, era a oportunidade de se verem pertencentes ao restante da cidade de Goiânia, muitos diziam que antes as gestões se preocupavam somente com o centro da capital, que existiam belos espaços verdes como o Bosque dos Buritis, Lago das Rosas e inúmeras praças que eram floridas e bem cuidadas por estarem na região central (fig. 23). Afirmavam que para a Região Noroeste restava-lhes o descaso, a ausência de serviços públicos, a falta de estrutura urbana, a aridez dos antigos cursos d'água que se tornaram depósitos de lixos e animais mortos, muitas vezes situações criadas pelos próprios moradores.

De acordo com o Boletim nº 01, ano XIV, de janeiro de 1993, enfim chegavam as respostas às reivindicações de anos (fig. 24):

“O Jardim Nova Esperança chega mais perto de consolidar a esperança de ter asfalto, esgoto, legalização dos lotes, mais vagas nas escolas publicas etc. Desde 1979, até hoje a Associação de Moradores do bairro vem lutando junto com os moradores pela transformação e melhorias sociais em nosso espaço. Hoje é um tempo novo. Por reivindicações a

Associação dos Moradores vem lutando há 14 anos e hão de concretizar e brilhar diante dos olhos de todos.”

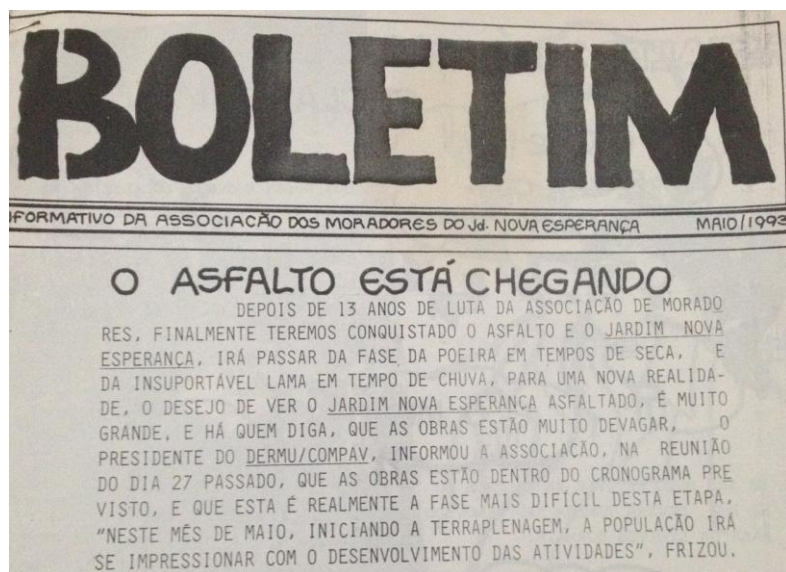


FIGURA 24 – Anuncio do Boletim Informativo sobre a chegada do asfalto
In: Geralda Santa Bárbara - Associação de Moradores (1993)

Segundo Geralda Santa Bárbara, o Jardim Nova Esperança foi uma forma de legitimar aquilo que se pensava que não daria certo. Ela afirma que por falas atuais do ex-prefeito, Darci Accorsi, as obras foram empreendidas mesmo sem certezas de que a prefeitura teria condições naquele momento de custe-las. Era uma forma de promover uma mudança naquele bairro e posteriormente região, mesmo que se baseasse em palavras de confiança entre prefeitura e empreiteira. O que demonstra o interesse por parte da gestão municipal da época, o que também representa uma

visibilidade política, também uma forma de fazer com que aquelas pessoas se sentissem valorizadas e gerasse o cumprimento das promessas de campanha

Aquele era um momento que marcava pontos de dignidade humana, as pessoas teriam que conviver momentaneamente com os transtornos, poeira e barro das obras. A maioria dos moradores teve que abrir seus portões para que a terra que era retirada das valas dos esgotos pluviais fosse depositada sobre os espaços dos passeios públicos, o que acabava passando para a parte interna e frontal dos lotes (fig. 25).

Paralelo a esses acontecimentos marcantes, a década de 1990 foi para a Região Noroeste e especificamente o Jardim Nova Esperança no que dizia respeito do comércio e aos serviços públicos um momento de chegada de melhorias. Nessa época, foi construído o CAIS (Centro de Assistência Integrada a Saúde) do Setor Cândida de Moraes, este fazia divisa exata, apenas por duas ruas com o Jardim Nova



FIGURA 25 – Abertura de vala para implantação do esgoto pluvial
In: Geralda Santa Bárbara - Associação de Moradores (1993)

Esperança, o que garantia o atendimento aos moradores dos dois bairros de forma imediata, mas que de maneira macro atendia aos inúmeros outros bairros da região: Vila São José, Capuava, Vila Regina, Parque Tremendão, Jardim Curitiba (todas etapas), Vila Mutirão e muitos etc.

Da mesma maneira que o mediano centro de saúde atendia a toda essa população, o comércio do Jardim Nova Esperança passou a crescer de tal forma a ter uma expressividade regional. Quase todos os produtos e serviços imediatos poderiam ser encontrados ao longo da Avenida Central, que corta o bairro de noroeste a sudoeste. Ela herdou o antigo percurso de quem passava para o antigo Goiarroz e Frigorífico Anglo, e cortava a região de um lado a outro do Córrego Caveirinha. Claro que ao longo dos anos o cenário se alterou dos pés de mamonas, das plantações de arroz, dos entulhos e dos barracos de lona e madeira improvisados aos vários edifícios comerciais na década de 1990 (fig. 26).



FIGURA 26 – Mapa Jardim Nova Esperança
Fonte: Seplam/Goiânia, adaptações do autor

Ela possuía relevância não só por ser esse remanescente da antiga estrada e além do comércio, era a via que trafegava a linha de transporte coletivo servindo ao bairro. Outra função desta avenida era de promover a ligação entre a grande maioria dos bairros da região noroeste com o bairro de Campinas e o centro da capital. Todos esses fatores de importância a coroavam com o fato ser, até 1993, a única via com pavimentação asfáltica do bairro, a considerar que em péssimas condições, o que reafirmava algo que os próprios moradores compreendiam, alguns anos antes. Isso fazia com que o governo tivesse que admitir, dia a dia, a força da antiga ocupação, que naquele momento o bairro era expressivo e a imprensa tratava de reverberar isso pra sociedade (fig. 27).

Os benefícios em torno da infraestrutura urbana muito impulsionaram o crescimento e consolidação do Jardim Nova Esperança, outro que aparece marcante é a grande reforma empreendida ao longo da Avenida Perimetral Norte, Ela acontecia em toda a extensão da via, que ligava a



FIGURA 27 – Resumo da ocupação ao processo de consolidação do Jardim Nova Esperança
In: Jornal Opção (1988)

parte final da Avenida Anhanguera onde se tornava a Rodovia GO 070, sentido a cidade de Goiás e por outro lado, marcava a entrada do Jardim Guanabara, ao norte da capital (fig. 28). Era uma obra empreendida pelo governo municipal que tinha como propósito reconstruir toda a pavimentação, ampliar as quantidades de faixas e trabalhar com a sinalização, visto que eram muitos os acidentes e a dificuldade de trafegar em virtude da movimentação de cargas pesadas e a intensidade dos veículos.

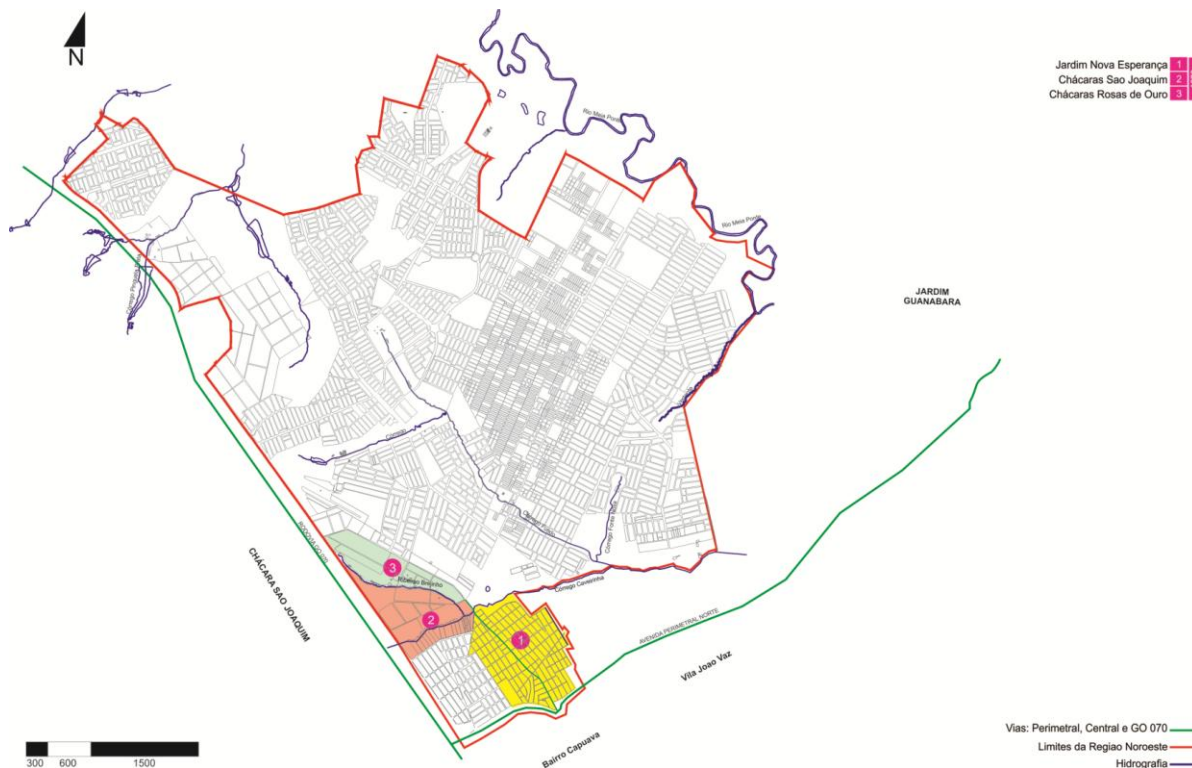


FIGURA 28 – Resumo da ocupação ao processo de consolidação do Jardim Nova Esperança
in: Jornal Opção (1988)

A relevância dessa reforma se deu em função da reorganização que ela promoveu no trânsito, reduzindo o número de acidentes, uma vez que ela segregava o tráfego expresso dos trajetos locais. Além disso, construiu um diálogo com o bairro no que dizia respeito aos antigos usos dos lotes e edifícios. Isso porque, historicamente, nessa faixa do bairro havia uma presença marcante de galpões de beneficiadoras de cereais, comerciais e industriais. Muitos deles chegaram junto com os ocupantes ilegais da década de 1970, da mesma maneira conseguiram direito à terra, embora não precisassem dela para moradia, mas tiveram seus interesses pelo valor que ela geraria um dia. O que segundo Geralda Santa Bárbara, as empresas e grandes nomes do cenário político demarcaram seus trechos de terra e colocaram os chamados capatazes bem armados para montar vigilância dia e noite a fim de coibir ou até mesmo liquidar aqueles que tentassem se apropriar das áreas já obtidas.

A década de 1990 trouxe várias mudanças nas periferias de Goiânia, essas acabaram colaborando com uma expansão exagerada rumo à parte ainda não habitada da Região Noroeste, como já caracterizado anteriormente. Nessa época, após a construção da Vila Finsocial e Vila Mutirão (1ª, 2ª e 3ª etapas), e toda a implantação dos bairros que acabaram preenchendo quase todos os trechos de terra da região (MOYSÉS, 1996).

Como todos boa parte dos bairros posteriores foram feitos políticas habitacionais forjadas ou por ocupações ilegais tinham como espelho o Jardim Nova Esperança. Era muito comum ouvir o discurso de que o sonho das pessoas era morar naquele bairro, diziam que ele já tinha asfalto, comércio, escola, posto de saúde, linhas de transporte público. Porém, todos esses itens acabaram inflacionando o valor

da terra que antes nada valia. Esses surgimentos de novos bairros causaram uma situação em que os filhos dos ocupantes do Jardim Nova Esperança passaram se tornaram os moradores dessas novas áreas. Havia o sentimento de participação, de se conservarem na mesma direção na cidade. Existia o fato de morarem em outro bairro, mas continuar se servindo de seu bairro de origem, onde estavam as identificações e referências enquanto cidade.

Marginal a isso, o comércio crescia e as oportunidades de trabalho aumentavam. Porém, o Jardim Nova Esperança ainda tinha inúmeros problemas, mas as expectativas de melhorias eram mais expressivas. As pessoas deixaram de sair tanto para Campinas ou para o Centro e passaram a solucionar problemas ou ter seus ganhos mensais por ali mesmo. Serviam-se das ofertas de serviços e comércios, agências bancárias, laboratórios e no final da década de 1990 o campus da Faculdade Alfa, na Avenida Perimetral Norte, estabeleceu a relação de educação superior com a região. É obvio que atendimentos muito especializados e um tipo de comércio e educação muito peculiar ainda permanecia com a necessidade de deslocamento dos moradores interessados. O que era muito comum, ainda, era a busca por atendimentos aos serviços públicos, fiscais e administrativos. Estes, geralmente, localizados nos Palácios Administrativos e nas agências próprias dos governos.

Na sequência, outras mudanças começaram a acontecer no cenário da periferia. O comércio da Avenida Central criou outra fachada, já atuava cada vez mais especializado e diversificado, havia de tudo, desde supermercados expressivos até lojas de roupas, oficinas, restaurantes e outros. Passou a ser um lugar referência como já detectado em outros momentos. Nessa mesma época chegou a primeira

agência bancária, o antigo BEG (Banco do Estado de Goiás, hoje Banco Itaú), ele atendia ao Jardim Nova Esperança e de forma muito relevante e servia, também, aos moradores e comércio de outros bairros vizinhos. Além do banco, chegaram grandes mercados, pertencentes a redes goianas, indústrias se instalaram ao longo da Avenida Perimetral Norte, nos antigos galpões ou em novas construções, criadas especificamente para aquele fim. Além disso, postos de combustíveis também foram outros modos de serviços que foram implantados naquele lugar.

Novas escolas surgiram ali e nos bairros vizinhos e outras que já haviam foram melhoradas e já passaram a oferecer o que colégios melhores de Campinas ou do Centro já ofereciam. Não tinha, por exemplo, o porquê das crianças, adolescentes e até mesmo adultos recorrerem às escolas dos lugares mais centrais, pois os serviços que eram oferecidos próximo de suas casas já eram suficientes e com referências de qualidade muito próximo de outras do centro da cidade.

O que cada vez mais se percebeu no bairro é que a vida dos moradores e suas necessidades começaram a ser atendidas. Vários problemas ainda estavam ali, mas desde a possibilidade de se livrarem dos inúmeros buracos que haviam nas ruas até poder fazer algo tão simples como as construções das calçadas em seus passeios públicos era algo surreal, era uma sensação de deixar aquela segregação de quase quinze anos para trás.

Apesar de o asfalto chegar com todos os seus problemas de impermeabilização do solo, de vedação total, ele trazia consigo um simbolismo que afastava as pessoas da repulsa que a cidade oficial tinha daquela periferia. Não havia algo simples como a poeira nas roupas estendidas no varal, o barro que não permitia

com que os carros trafegassem e a redução das inúmeras doenças causadas pelo tempo, pelo lixo e demais mazelas urbanas. Mas, agora quem se sentia totalmente pertencente a uma sociedade e valorizados eram os moradores do Jardim Nova Esperança. Cada vez mais, se viam com a possibilidade de reforçar seu próprio modo de vida, de se verem identificados com aquele local. Muitos diziam e ainda hoje falam que o seu bairro é uma “cidade” que tudo que querem e precisam está por ali, para isso basta subir a Avenida Central ou trafegar pela “Rua da Feira”, a Avenida Sol Nascente.

Embora aquele bairro tenha sido um dos marcos na luta pela casa própria, que sacramentou a insistência de pessoas pela melhor distribuição de terras urbanas e pelo direito a moradia, os outros bairros que surgiram a partir dele não tinham a mesma valorização, nem financeira, nem afetiva, nem comercial. Todos queriam morar por ali, todos queriam viver esse processo de identificação com o espaço que eles mesmos construíram. Aqueles que se mudavam para outros lugares como a Vila Finsocial, Jardim Curitiba, Jardim Colorado e outros faziam isso com muito pesar, mas sabiam que hora ou outra voltariam ali pra usufruir o que seu bairro poderia continuar lhes oferecendo. Assim, também, é possível perceber como a cidade cresceu na Região Noroeste e como esse processo acabou durando cerca de trinta anos.

Com todos esses fatores a cidade e seus centros oficiais passaram a olhar para a Região Noroeste e especificamente o Jardim Nova Esperança de uma forma totalmente diferente e aquele olhar de contrariedade, de marginalidade passou a se desintegrar do nome do bairro. Essa transformação era para os gestores públicos, para os moradores e para todos os outros moradores da cidade uma forma de,

querendo ou não, dizerem: “A ocupação se tornou um lugar de importância, deixou de ser e estar segregado e se apresentou como um subcentro urbano, uma nova centralidade, um lugar de possibilidades”.

3.2. Relação da centralidade periférica e a cidade de Goiânia: Minimização da segregação

De fato, os anos noventa foram um marco na mudança no cenário urbano, social e econômico da grande Região Noroeste, com foco principal no seu núcleo inicial. Essa transformação é a resposta de como esse lugar que era o depósito de lixo passou a ser um espaço de efetivar moradias e de fato acontecer o ato de habitar. A mudança de apropriação do espaço do rural para o urbano gera muitos conflitos dentro da cidade e no caso de Goiânia não havia um preparo para que ela pudesse assumir esse crescimento tão em efeitos de inchaços. (ROLNIK, 2008). O que gerou uma forma tumultuada e impensada de criação de novos espaços como o Jardim Nova Esperança, que são reconhecidos, hoje, pelo fato de serem auto produtos de seus ocupantes, de ser aquilo que os precursores moradores pensaram ao chegar naquele espaço, ainda como clandestinos e/ou irregulares.

Porém, o cenário atual serve para demonstrar que além da construção de infraestrutura básica acontecida a partir das duas últimas décadas, outros grandes equipamentos e mudanças no desenho urbano da região noroeste são confirmações de que a urbanidade é alterada conforme a apropriação daqueles que vivem nela. No caso do produto dessa discussão, ele aconteceu de forma a expandir o mapa goianiense, de maneira que nesse prolongamento da cidade, surge a obrigação que faz com que o poder público tenha a sua participação e causa uma situação de aceitar ou não aqueles cidadãos, o que havia principalmente nos últimos 20 anos era a necessidade de dar condições àqueles que já estavam instalados. Não foram somente melhorias comerciais ou de educação, os postos de saúde, as medianas escolas

públicas e privadas, a pavimentação e outras situações que foram implantados ao longo dos anos. Houve a tentativa e a conquista de criar novos espaços públicos, de qualidade ou não, outros grandes equipamentos públicos de prestação de serviços à comunidade, a busca da intensificação de segurança pública, a chegada de grandes empreendimentos comerciais, educacionais, residenciais e a reafirmação da cultura suburbana que aconteceu, nesse caso, independente das relações com o centro oficial goianiense.

Ao levar em conta todos os aspectos anteriores é possível retornar e mapear os motivos porque essa independência das áreas centrais oficiais aconteceu, à medida do possível. No momento pós-implantação da infraestrutura básica, os equipamentos e empreendimentos levados à Região Noroeste começaram a partir da chegada de grandes colégios, como o Colégio Militar Ayrton Sena, no Jardim Curitiba, originado de uma grande obra construída para abrigar o antigo CAIC, as escolas de tempo integral empreendidas na gestão do governo Collor, na década de 1990. Assim como ele, outra expressiva implantação foi a da Maternidade Municipal Nascer Cidadão, também no Jardim Curitiba, que teve e tem como objetivo atender a grande demanda populacional que não tinha condições de custear os procedimentos relacionados à maternidade. Na sequência, surgiu a infraestrutura para construção da Avenida Mangalô, no Parque Tremendão / Vila Finsocial que chegava até a ligação com a Região Norte da capital. Paralelamente a criação e implantação de Terminais de integração de Transporte Público em alguns setores como no final da Avenida Mangalô, outro no Jardim Curitiba e demais. O objetivo era propor a maior permeabilidade e alcance das linhas de ônibus públicos possíveis.

Além desses grandes equipamentos, outro teve marco fundamental na função da Região Noroeste enquanto relação de centralidade e independência dos centros oficiais. Foi a instalação, em 10.07.2013, de uma agência do governo estadual chamada Vapt Vupt, sua função é reunir serviços públicos de órgãos municipais, estaduais e federais com um padrão de atendimento rápido (SEGPLAN/GO, 2013). A vantagem desse órgão é que ele faz, cada vez menos os cidadãos deixam de procurar os órgãos governamentais nas suas sedes originais, sem necessidade de se encaminharem ao centro da cidade. Tudo o que for de imediato e sem um grau de complexidade passou a ser resolvido bem próximo às suas casas. Isso, com certeza, é uma forma de reconhecimento por parte dos gestores públicos da consolidação e da força que essa região da cidade adquiriu ao longo dos anos, negar isso não propondo esse tipo de serviço seria um grande erro e um ato de virar as costas a uma parcela significativa de pessoas da capital.

Embora todos esses grandes equipamentos tenham chegado a essa região, é relevante que haja um olhar mais apurado às mudanças acontecidas de maneira mais próxima e intra Jardim Nova Esperança. Importante perceber o que o desenho urbano feito pelos ocupantes da década de 1970 determinou como seriam as ações que aconteceriam vinte anos mais tarde, como as próprias duas grandes avenidas que estruturam o bairro, até a definição das localizações das quadras residenciais. Davam rumos, embora empiricamente, sobre como essa apropriação do auto trabalho teria que ser importante ao que viria enquanto novos modos de morar, de vender e de fazer serviços, mais tarde.

O caso mais emblemático acontecido nos últimos cinco anos foi o da construção do complexo de edifícios, empreendido pela Construtora Borges Landeiro, que adquiriu o terreno da antiga Michellete / Pneuândia, as mesmas terras que geraram até prisões dos líderes da ocupação no início do movimento, pelo fato de terem tentado ocupá-la, pulando os muros e tentando demarcá-la (fig. 29). Aquele lugar que não podia ser utilizado para residências, porque havia sido ocupado pelo grupo de empresários, contemporaneamente se tornou um grande condomínio com um número de 1960 unidades habitacionais.

Ou seja, trinta anos atrás isso não poderia ser moradia, foi por muito tempo indústria de pneus, mas com as melhorias acontecidas a história se moldou, a legislação se alterou e permitiu que esse tipo de empreendimento fosse colocado ali. Tudo aconteceu e só foi feito por conta das mudanças urbanas e sociais que



FIGURA 29 – Condomínio Tropicale, Borges Landeiro
In: Acervo autor, 2014

aconteceram, Avenida Perimetral adequada, educação, comércio e tudo que está favorável ao lugar de morar. Um momento que dá para gerar uma reflexão sobre o interesse ao solo e as discussões sobre o valor da terra propostas por Villaça (2001),

onde ela vai servir aos interesses de alguns poucos, geralmente quem tem o poder da compra e da comercialização. Anos atrás a gleba de terra cercada e demarcada pelo grupo de empresários não podia ser utilizada como fim social. Seu destino foi simples e unicamente à atender as demandas industriais. Porém, com a alteração do cenário, do grande descampado de lixo e mamona surge um espaço com grandes prédios, com apartamentos de dimensões reduzidas, mas com uma área de lazer que tem de um tudo, desde imensas piscinas até quiosques gramados para churrascos (fig. 30). Paisagem que é muito discrepante do cenário original, ao passo que os ocupantes locais tinham, há trinta anos, era aridez, a falta de condições e o *aphartaid* gerado pelo poder público, que recusou inclusive o registro legal dos imóveis. Será que a luta dos moradores originais resultou nas condições de uso para os grandes grupos de investidores? Este é apenas um dos questionamentos que são seguidos junto com o desenvolvimento do lugar.



FIGURA 30 – Paisagismo constratante com o restante com o histórico do bairro

In: Acervo autor, 2014

Além dos estabelecimentos dos usos expressivos institucionais, residenciais e de infraestrutura, outros investimentos foram conduzidos ao Jardim Nova Esperança e

seus arredores. Nos últimos foram inaugurados dois grandes centros de compras, localizados cada um em cada extremidade da Avenida Perimetral Norte, que margeia o bairro de norte a sul. Em 30.11.2010, o Portal Shopping Sul e em 30.10.2014, o Shopping Passeio das Águas (A REDAÇÃO, 2014). Ambos com propostas de criarem uma movimentação de compras e serviços baseados no potencial do lugar e seu entorno. O primeiro empreendimento objetiva atender não somente os moradores vizinhos, mas também alcançam públicos vindos de outras cidades ao redor, como Goianira, Inhumas, Trindade e outras. O outro shopping consegue alcançar públicos que chegam até a região norte da capital e de outras cidades, como por exemplo, Nerópolis, Nova Veneza e Santo Antônio de Goiás (fig. 31).

Os dois centros comerciais trabalham com perspectivas de levarem para a região noroeste, com eixo no Jardim Nova Esperança, aqueles comércios e serviços que antes só estavam presentes nos centros oficiais da cidade. Existem, neles, grandes supermercados, entretenimento e serviços especializados, o que vão reforçando para os cidadãos locais a sua relação com sua região, baseado em produzir ali e consumir ali mesmo. Sem a necessidade de se sentirem carentes enquanto condições de consumo e outros provimentos.

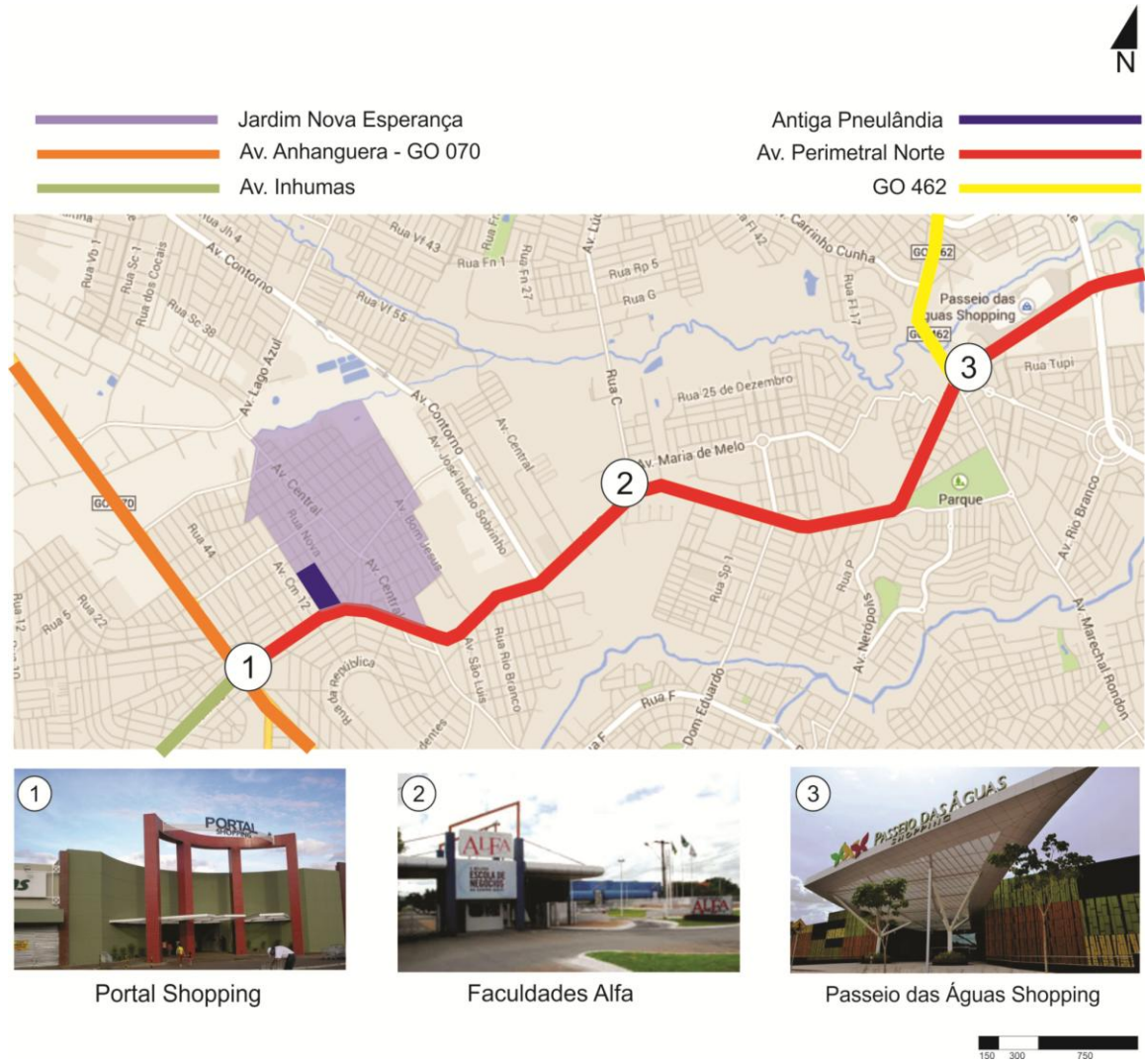


FIGURA 31 – Localização dos Centros Comerciais, Faculdade e Antiga Pneuândia
 In: Google.com, com adaptações do autor, 2014

Na mesma avenida, a Perimetral Norte, foram instaladas outras agências bancárias, onde o número saiu da única criada na década de 1990, para três no total, o que colabora para a circulação e a resolução das questões financeiras e bancárias regionais (fig. 32). O atendimento dessas agências se organiza nessa via, mas proporciona o atendimento não só neste espaço, ele alcança a todos os limites da região. Os seus usuários são os pertencentes ao núcleo inicial, as grandes extremidades da Região Noroeste e aos demais bairros de outras regiões e cidades vizinhas.

Além dos grandes empreendimentos comerciais, residenciais e os relevantes equipamentos públicos, houve a implantação de instituições educacionais como o as Faculdades Alves Farias – ALFA, que



FIGURA 32 – Agência Caixa Econômica Federal, Avenida Perimetral com Rua CM14, Jardim Nova Esperança
In: Acervo autor, 2014

conseguiu alcançar o grande público regional e pode contribuir para possibilidades de educação superior aos quase 140 mil cidadãos (fig.31). Ela tem a perspectiva de atrair o público ainda muito carente dessa modalidade de formação. Atualmente, o campus principal está localizado na Avenida Perimetral Norte, o que reforça o discurso de que essa via, praticamente a única que existia na época da ocupação, continua dando diretrizes de onde implantar tais tipos de usos e serviços.

No que diz respeito às áreas públicas de lazer e outros usos urbanos da cidade, a Região Noroeste recebeu a partir do final da década de 1990 a implantação de alguns parques urbanos como o Parque Municipal Curitiba, no jardim Curitiba III e o Parque Municipal Fonte Nova, no Jardim Fonte Nova. Mas, especificamente o Jardim Nova Esperança também tem nas suas imediações, já no lado no Setor Candido de Moraes, a Praça da Paz, uma antiga área pública municipal que historicamente servia como espaço de lazer, com um campo de futebol adaptado e nivelado somente na terra vermelha compactada. Hoje o lugar tem além de campo gramado, pistas de skate e área de alimentação, o que o tornou um espaço de qualidade para que as pessoas em seus momentos de diversão não sintam necessidade de irem aos outros bairros e pontos de entretenimento na cidade, o que gera a valorização do lugar e a vivência em comunidade.

Além da praça, dentro do Jardim Nova Esperança, na região do fundo de vale do sacrificado Córrego Caveirinha, tem-se a tentativa de fazer com que se diminuam dia a dia a quantidade de lixos depositados e a redução dos esgotos sanitários clandestinos, assim como os industriais sobre o leito do córrego. Associado a isso, foi desenvolvida proposta de implantação de um parque urbano intitulado Parque Jardim Nova Esperança, que teve suas obras iniciadas em 2010, porém estão paralisadas há quase dois anos. Ele vai contar com uma área de 32.900,68 m² e o local já foi oficializado como APP desde 13.09.1996 através do Decreto Municipal n 2.571 (fig. 33). Sua intenção é trabalhar a recomposição da mata ciliar nos dois lados do curso d'água e promover a integração de áreas públicas de lazer, esporte e contemplação. Itens que vão promover o trabalho da conscientização ambiental com a revalorização

do local e sua extensão vai desde a GO070 e até os limites do Frigorífico Friboi (AMMA, 2014).



FIGURA 33 – Localização da área de implantação do Parque Jardim Nova Esperança
 In: Google.com, com adaptações do autor, 2014

Essa medida é uma forma de recompor aquela vegetação nativa que foi degradada desde o início da ocupação no bairro, até as agressões sofridas ao longo dos últimos trinta anos e de dar uma área verde pública à comunidade. Medidas como essa reduzirão a procura pelos cidadãos locais em relação aos parques das regiões centrais e mais distantes da cidade. Assim, a necessidade do lazer passará a ser suprida próximo às suas casas e locais de vizinhança.

O comércio ao longo da Avenida Central (figs. 34, 35, 36) é algo que muito traz uma imagem de um centro de cidade, por onde se caminha é possível visualizar a possibilidade de compra de roupas, comida, itens domésticos, eletrônicos, além dos diversos tipos de serviços, desde dentistas até laboratórios clínicos. Essa



FIGURA 34 – Avenida Central
In: Google.com, 2014

forma de fazer com que o bairro seja aparelhado com todos esses geradores de rendas de prestação de serviços fazem com que o Jardim Nova Esperança produza sua própria renda para os moradores, que na maioria das vezes são funcionários das lojas e dos demais comércios existentes ali. Porém, além de empregar essas pessoas,

outros bairros são servidos por essa estrutura, desde a possibilidade do consumo até as de emprego.

Todo esse processo é algo que dura mais de trinta anos e ele não acontece tão facilmente, há um esforço de tempos para que esse comércio seja reconhecido, para que o lugar não seja marginalizado e que a expansão de renda e condições continue acontecendo.

Porém, existem as questões legais, principalmente a respeito das escrituras dos imóveis que ainda não estão totalmente solucionadas, algumas partes do bairro já começaram a receber a escrituração dos lotes,



FIGURA 35 – Comércio na Avenida Central
In: Google.com, 2014



FIGURA 36 – Agência de Correios na Avenida Central
In: Google.com, 2014

principalmente as que estão localizadas ao longo da Avenida Central, tem sido um procedimento lento, mas que aos poucos cada proprietário tem visto o documento sendo gerado por prefeitura e os cartórios. Um exemplo disso é a escrituração do terreno da Associação de Moradores, na mesma avenida, que tem passado pelas ultimas instancias burocráticas para receber seu documento que a oficializa como proprietária legal e baseado nisso, os demais moradores tem buscado o direito à essa escritura junto à Prefeitura e aos cartórios.

Além dessa parte de documentação legal, os moradores têm vivido um momento que o resultado lutas pela infraestrutura do bairro está prestes a se concretizar. A construção da rede coletora de esgoto sanitário está em fase de marcação, o antecede a etapa de escavação e implantação. Para aqueles cidadãos essa é uma conquista que chega para acabar problemas que veem desde a fundação do Jardim Nova Esperança. A chegada desta rede vai acabar com os



FIGURA 37 – Marcações para rede de esgotamento sanitário e fossas ao longo dos passeios públicos
In: Autor, 2014

inúmeros buracos, utilizados como as fossas negras, existem muitos lotes que já não existem mais lugares para a aberturas de novas e os usuários tem convivido com duas situações constantes, abrir novos buracos nos passeios públicos, foram da testada dos lotes ou pagar para que empresas especializadas façam a limpeza de suas fossas (fig. 37).

Estas últimas conquistas servem para ilustrar o que aquelas pessoas oriundas dos movimentos de ocupação de 1970 queriam enquanto cidade. Elas buscavam um lugar para morar, mas ao longo do tempo entenderam que esse espaço precisava de outros elementos que o tornavam cidade, que o tornava legal e digno de habitação.

3.3. Considerações do capítulo

A década de 1990 foi um momento de começarem as mudanças nos cenários urbanos e sociais do Jardim Nova Esperança. Já a de 2000, serviu como o reforço dessas melhorias que não estavam sendo pensadas somente em infraestrutura urbana, mas com estruturação desde o desenho urbano e suas condições de uso às criações de áreas de preservação e convívio, era a hora da legitimação do lugar. Já agora a partir de 2010 se é que dá pra marcar desta maneira, serve para verificar que não somente o poder público verifica que essa região e bairro possuem importâncias para a capital, mas os empreendedores e outros moradores seguem ou começam a vislumbrar um lugar de oportunidades. Não há o descaso, os espaços das inúmeras possibilidades de comércio, de serviços e de viver tem sido encaminhadas para lá. A leitura que é possível ser feita é que antes a Região Noroeste estava a margem, hoje ela continua, geograficamente, no mesmo lugar. Porém, existem outros bairros além de seus limites, ele se consolidou como lugar de importância e representativo no espaço, levar empreendimentos expressivos foi impulsionado pela população e pela sua força, na história de luta, resistência e compromisso com o lugar.

Por isso, esse discurso de que cada vez mais a Região Noroeste se liberta da dependência dos centros oficiais se torna mais forte. Ela continua distante desses lugares, geograficamente está aos mesmos dez quilômetros da Praça Cívica, mas vive como se de fato sobrevivesse por si só, reconhecido isso pela a sociedade, pelo empresariado e até pelo poder público.

4. CONCLUSÕES FINAIS

Desde os primeiros focos de ocupação no grande Brasil Central, cinco décadas atrás, até a contemporaneidade os desejos pela terra, pelo habitar e pela sobrevivência sempre contracenaram com o cotidiano dos habitantes desse lugar. Havia e ainda há, além dessas necessidades e vontades, os processos segregatórios que vieram das separações feitas pelas condicionantes geográficas, políticas, administrativas e de poder. Ao longo dos anos, o estado de Goiás e sua antiga capital ficou isolada em meio a Serra Dourada e isso muitas vezes se demonstrou como benéfico para alguns detentores de poder. Foi exatamente aí o espaço que constituiu sentimentos e situações de afastamento do restante do país e do mundo e que mesmo após séculos continuou reforçando isso, mesmo durante o processo de construção e instalação da nova capital, Goiânia.

A nova cidade surgiu a partir de políticas de interiorização do país, das perspectivas de levar desenvolvimento às terras que por anos não foram vistas com bons olhos pelos moradores litorâneos e por outras várias condicionantes políticas. As propostas de Vargas e Correia Lima e mais tarde, no território vizinho, por Kubitschek e Lúcio Costa tinham discursos e desenhos expressivos que levavam ao Planalto Central uma modernidade que às vezes parecia impossível e contradizia bastante com o cenário do local. Mas claro que pelas forças políticas e insistências de muitos, que contrariavam alguns, as duas capitais e especifico e primeiramente, Goiânia nasce para tirar essa visão do lugar longínquo e atrasado. O novo centro urbano às margens do Córrego Botafogo e do Buritis dariam uma representatividade da força do Brasil e de Goiás, mostrando as ruas com desenhos baseados em preceitos europeus, os

edifícios pensados na arquitetura modernista, as possibilidades de ruas arborizadas, a cultura e o lazer, itens que eram tidos como ícones de desenvolvimento e modernidade.

O único problema que tanto Lúcio Costa, que projetou Brasília, como Atílio Correia Lima, responsável por Goiânia, não pensaram foi onde ficariam as pessoas que não faziam parte daqueles que iriam comprar ou receber os terrenos nas novas cidades do interior do Brasil. No caso de Goiânia, os construtores, os mestres de obras, pedreiros, serventes e muitos outros trabalhadores do comércio e suas famílias não conseguiram a dignidade das casas feitas com o famoso concreto da época. Esses foram os desprezados dessas áreas e se tornaram os preferidos das áreas de preservação, das margens de cursos d'água e de áreas particulares, na maioria das vezes ocupadas pela insistência e resistência.

Brasília e Goiânia viveram a construção do imaginário e da concretização das cidades somente por óticas daquilo que estava padronizado como urbano e de quem poderia ocupá-las, a parte que não era estética e socialmente aceita não foi de formar alguma considerada. Todas as pessoas que não estavam inseridas nas camadas de aquisição, de poder e representatividade social ficaram fora. Era aí o início dos lugares onde determinados grupos não eram desejados, o que acabou por gerar todos os problemas que foram incansavelmente discutidos, os processos de afastamento da classe menos favorecida, a separação daqueles que não pertenciam aos núcleos oficiais de governos e sociedade. Mas, isso foi apenas o princípio das criações dos espaços de pobreza, da degradação ambiental, da expansão impensada e do jeito empírico de fazer cidades.

Pensando especificamente sobre Goiânia, o que vale concluir é que poucos anos após a primeira instalação dos grupos segregados vieram os outros inúmeros, que chegaram mais tarde. Todos eles frutos dos problemas no campo, da ausência de possibilidades, do encantamento com a cidade, da busca de vida melhor. Sempre é possível tentar colocar-se na posição desses migrantes, que saiam não somente desse espaço rural, mas também de outros lugares do país, com destaque para aqueles do norte e nordeste, por conta de seus problemas de falta de chuva, falta de políticas públicas e outros itens sociais que os faziam oprimidos. Eles tinham apenas a força do trabalho, mas em grande maioria dos casos, eram totalmente desprovidos de qualquer especialização de mão de obra e de condições de formação intelectual para ocupar postos de trabalhos com melhores remunerações e condições dignas de labor.

Esses fatores comprovam que a capital goiana passou por problemas desde seu desenho, composição e mais tarde, durante seu desenvolvimento. Absorveu uma camada de pessoas muito acima daquilo que se planejava e acabou passando por expansões abruptas, feitas por mãos administrativas ou por braços de ocupação. Esses alargamentos da cidade geraram um retorno à história da ocupação do centro-oeste brasileiro, quando a antiga Cidade de Goiás estava separada dos poderes e das benesses administrativas. A diferença é que no modelo anterior os segregados estavam, geograficamente, no centro. Já nos problemas mais atuais estavam nas bordas, nas periferias da cidade. Porém, a falta de condições e visão do estado eram as mesmas, apenas o modo de construir e a estrutura político administrativa estava mudada.

Nesse reviver da separação dos grupos sociais, Goiânia experimentou a construção da imensa Região Noroeste, nela estavam as instalações de alguns marcos da luta pela casa própria empreendida, veementemente, a partir da década de 1970. Foi um longo período de duras empreitadas contra o poder público, com a justiça e outros personagens, até mesmo políticos. Mas, foi um período de reafirmação da força e do direito de morar. A partir desse movimento muitas conquistas foram feitas para outros grupos que viviam no mesmo *apartheid* social, as comprovações disso se dão quando bairros como Vila Finsocial, os Jardins Curitiba e outros foram empreendidos por ações governamentais. Em determinado momento, foram medidas para oficializar um depósito de pobreza, em outro uma forma de calar a boca de algumas lideranças e em outros foi uma forma de fazer política em cima daquilo que era um problema. Porém, os moradores trataram de escrever suas próprias histórias, as lutas nesses lugares, nunca cessaram e a voz de quem vivia em condições precárias sempre chamava por melhorias e reconhecimento. Talvez a força que esses lugares, legais e legalizados, têm hoje seja por essa insistência, por essa vontade de se unirem e fazer cidade do jeito que acreditavam. Uma prova disso é que ao longo dos históricos de luta, os moradores se fizeram ouvidos e algumas melhorias foram levadas, assim como empreendimentos particulares, comerciais e de outras características se sentiram convidados a fazer parte dali.

Quando se fala nos resultados das lutas desses movimentos não é possível se referir somente ao asfalto que acabou chegando na década de 1990, antecipado pelas redes de água em 1980, como no caso do Jardim Nova Esperança, se objetiva a pensar em passos maiores, como a própria estruturação comercial que existiu nas principais avenidas, na chegada dos grandes empreendimentos bancários, de

serviços, até mesmo residenciais e na escrituração dos lotes. Os anos de insistência e resistência deram ao bairro e, automaticamente, à região o status de importância, de referência e de lugar de procura. O pedido por implantação de escolas, de lugares de esportes lá de décadas atrás, eram solicitações por inclusão e maneiras de se sentirem pertencentes à capital. Pois, ainda, que esses lugares tivessem que ter um começo de construção pelos próprios moradores, mais tarde eles tiveram que ser reestruturados pelo poder público, isso em nome da dignidade que aquele imenso e expressivo grupo representava na cidade.

Esse primeiro foco e bairro de ocupação deixou um legado e ao mesmo tempo se tornou um modelo para essa parte da cidade pela forma como passou a viver quase que independentemente da cidade oficial. Se essa urbanidade não o queria, ele se fez urbano mais tarde, pois a oferta e implantação dos benefícios oficiais foram apenas a aceitação e reconhecimento por parte da administração pública daquilo que havia sido produto de anos de construção popular. Os serviços chegaram, o desenvolvimento estrutural foi empreendido e a população se identificou mais ainda, viu ali o resultado do seu esforço, ela conseguiu enxergar que a cidade nasce de inúmeras maneiras e que ali havia um lugar onde tudo o que se precisa desde o comércio até as soluções governamentais estavam presentes, era possível trabalhar, ganhar seu sustento, se especializar e construir as novas gerações. Agora, não mais dos ocupantes, mas a segunda geração de moradores, os filhos dos ocupantes viram seu bairro se tornar um novo centro, ele deixou de ser o lugar preterido para ser o desejado por muitos moradores vizinhos e empreendedores visionários.

O cenário atual da grande Região Noroeste, apresentada pelo Jardim Nova Esperança demonstra que as cidades se expandem e as dinâmicas sociais, culturais e econômicas acabam por tornar um lugar sem expressividade em um centro novo, que pode dar suporte aos lugares que estão mais distantes geograficamente dos centros oficiais. Isso porque é muito simples observar que esse novo lugar acaba concentrando uma série de atividades, de serviços e de ações sociais típicas de lugares centrais, de espaços oficiais urbanos.

Da mesma forma que pode ser observado na procura do espaço oficial central de Goiânia, o Jardim Nova Esperança está servindo a Grande Região Noroeste. Essas reafirmações conduzem uma observação de que a antiga fazenda se tornou cidade e que as constantes defesas são justificadas. Ela é expressiva, se comporta economicamente ativa, gera seus inúmeros postos de trabalho e acaba comungando os antigos e originais ocupantes com aqueles que estão chegando para compor este lugar de inúmeras possibilidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. São Paulo: Perspectiva. 2005.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. 4ª Ed. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 2000

CHAUL, Nars Nagib Fayad. Caminhos da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade. Goiânia: UFG, 1997.

CHAVES, Elza G. De invasor a posseiro: Estado – Igreja e a luta pela terra urbana. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). João Pessoa / Pb: Departamento de Ciências Sociais da UFPb. 1985

FRUGOLI JUNIOR, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. Goiânia: uma modernidade possível. Goiânia: CEGRAF/UFG. 2003.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo: Annablume, 1995.

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e Expansão Urbana – a persistência de projetos “insustentáveis”. In: Revista São Paulo em Perspectiva, 15(1). São Paulo. 2001.

GROSTEIN, Marta Dora. A leste do centro: territórios do urbanismo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

HASSENPLUG, Dieter. Sobre Centralidade Urbana. In: Arqtextos ano 08, jun. 2007. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.085/235>, pesquisado em 21.03.2012, às 18:45.

JORNAL OPÇÃO. Secretário não assume responsabilidade pelos atos de violência. Goiânia, 06.10.1979, p. 11.

KUBITSCHEK, Juscelino. Por que construí Brasília? Brasília: Senado Federal, 2000.

LEFEBVRE, Henry. La production de l'espace. 3ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 1991.

LEFEBVRE, Henry. O direito à Cidade (tradução: Rubens Eduardo Frias). São Paulo: Centauros. 2001.

LIMA FILHO, Manuel Pereira. O desencanto do Oeste: memória e identidade social no Médio Araguaia. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Os caminhos do patrimônio. Goiânia: Alternativa, 2006.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MONNET, J. Les dimensions symboliques de la centralité. Cahiers de Géographie du Québec. Québec, 2000.

MORAES, Lúcia Maria. A institucionalização da segregação urbana na cidade de Goiânia: 1933 a 2000. São Paulo, 2003

MOYSÉS, Aristides. A Produção de Territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política. In: II ENCONTRO “DEMOCRARIA, IGUALDADE E QUALIDADE DE VIDA. O DESAFIO PARA AS CIDADES DO SÉCULO XXI. Belém, 2001.

MOYSÉS, Aristides. Estado e Urbanização: Conflitos Sociais na Região Noroeste de Goiânia (Década de 1980). Dissertação de Mestrado Ciências Sociais / PUCSP. São Paulo, 1996.

MOYSÉS, Aristides. Cidade, segregação urbana e planejamento. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

OLINTO, Antônio. Minidicionário Antônio Olinto da Língua Português. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. Goiânia, 2002.

PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília: UNB. 2006.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. O Movimento dos sujeitos não desejados no processo de ocupação dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas. IESA/UFG. Goiânia. 2012.

PUMAIN, D. Dictionaire La ville et l'urbain. Ed. Economica. Paris, 2006.

RODRIGUES, Maria de Jesus. Retalhos de Lembranças. Goiânia: Kelps, 2013 – 2ª edição.

ROLNIK, Raquel. A lógica da desordem. São Paulo, 2008.

SEPLAM (Secretaria de Planejamento Municipal de Goiânia)

SABINO JUNIOR, Oscar. Goiânia global. Goiânia: Oriente, 1980.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades A Gestão do Território e as Diferentes Escalas da Centralidade Urbana. In: II ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. Rio de Janeiro, 1997.

TREVISAN, Ricardo. Cidades Novas. Brasília: FAU/UNB, 2009.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Entrevistas:

Entrevista com o Sr. Divino Orlando da Silva, morador do Jardim Nova Esperança desde 12 de agosto de 1980. Entrevista realizada em 24.09.2012.

Entrevista com a Sra. Eurides dos Santos Ferreira, moradora do Jardim Nova Esperança desde 12 de agosto de 1980. Entrevista realizada em 24.09.2012.

Entrevista com Sra. Geralda Santa Barbara, líder do movimento social dos ocupantes do Jardim Nova Esperança. Entrevista realizada em 15.05.2014.

Entrevista com Sra. Maria de Jesus Rodrigues, líder do movimento social dos ocupantes do Jardim Nova Esperança. Entrevista realizada em 03.05.2014.

Endereços Eletrônicos:

A REDAÇÃO, 2014. Disponível em:

<http://aredacao.com.br/negocios/33824/passeio-das-aguas-shopping-sera-inaugurado-no-dia-30-de-outubro>. Acesso em 01.06.2014, às 18hs05min.

AGEHAB, 2012. Disponível em:

<http://agehab.go.gov.br/>. Acesso em 03.02.2014, às 08hs37min.

AMMA, 2014. Disponível em:

http://www.goiania.go.gov.br/download/amma/areas_preservadas.pdf. Acesso em 25.05.2014, às 17hs25min.

MISSAO CRULS. Disponível em:

http://www.missaocruls.uerj.br/slides_missaocruls.pdf. Acesso em 01.02.2014, às 15hs02min.

SEGPLAN, 2013. Disponível em:

<http://www.segplan.go.gov.br/post/ver/164235/governador-inaugura-vapt-vupt-mangalo-nesta-quarta-feira>. Acesso em 01.06.2014, às 17hs44min.